

ROSANE APARECIDA CORDEIRO LARA CARDOZO

**DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA ESTRADA ESTRATÉGICA BR - 35 NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA ESPERANÇA NOS
MUNICÍPIOS DE GUARAPUAVA E PRUDENTÓPOLIS - PR.**

CURITIBA

2000

**DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA ESTRADA ESTRATÉGICA BR - 35 NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA ESPERANÇA NOS
MUNICÍPIOS DE GUARAPUAVA E PRUDENTÓPOLIS - PR.**

Monografia apresentada como requisito parcial
à conclusão do CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM ECOTURISMO do Instituto Brasileiro de
Pós-Graduação e Extensão - IBPEX.
Orientador: Prof. Paulo Cezar Rizzo Cerdeira.

CURITIBA

2000

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida: meu marido Euclides e minha filha Mariana, pelo carinho, atenção e principalmente paciência.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pela permissão de realizar este trabalho.

Aos Professores Paulo Cezar e Euclides pela colaboração e orientação.

As prefeituras de Guarapuava e Prudentópolis que prestaram informações importantes para a concretização deste trabalho.

A todos que contribuíram para a elaboração do mesmo.

**DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA ESTRADA ESTRATÉGICA BR - 35 NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA ESPERANÇA NOS
MUNICÍPIOS DE GUARAPUAVA E PRUDENTÓPOLIS - PR.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Ecoturismo do Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão - IBPEX, pela comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Paulo Cezar Rizzo Cerdeira.
Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão - IBPEX

Co-Orientador: Prof. Euclides Lara Cardozo Junior
Universidade Paranaense - UNIPAR.

Curitiba, 10 de Fevereiro de 2001.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E TABELAS.....	vii
RESUMO.....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	
1. REVISÃO DE LITERATURA.....	5
1.1. IMPORTÂNCIA DO TURISMO.....	5
1.2. SEGMENTAÇÃO DO TURISMO.....	6
1.3. ECOTURISMO.....	6
1.3.1. Ecoturismo x Turismo Tradicional.....	9
1.3.2. O Mercado Ecoturístico e suas Possibilidades.....	10
1.3.3. Ecoturismo no Estado do Paraná.....	10
1.4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ECOTURISMO.....	12
1.4.1. Segurança Necessária para a Atividade do Ecoturismo.....	15
1.5. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	16
1.5.1. Unidades de Conservação que Contemplam o Ecoturismo.....	18
1.5.1.1. Área de Proteção Ambiental - APA.....	19
1.5.1.2. Área Especial de Interesse Turístico – AEIT.....	19
1.5.1.3. Parque Nacional – PN.....	20
1.5.1.4. Floresta Nacional – FLONA.....	20
1.5.2. Turismo e Desenvolvimento Sustentável em Unidades de Conservação.....	20
CAPÍTULO II	
2. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA ESPERANÇA.....	23
2.1. MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS E SUAS RESPECTIVAS ÁREAS.....	25
2.2. ASPECTOS LEGAIS DA APA DA SERRA DA ESPERANÇA.....	26
2.3. ZONEAMENTO DA APA DA SERRA DA ESPERANÇA.....	27

CAPÍTULO III

3. ESTRADA ESTRATÉGICA BR-35 E O ECOTURISMO NA APA DA SERRA DA ESPERANÇA..... 29

3.1. ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS..... 29

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO..... 31

3.3. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FÍSICA DA ESTRADA ESTRATÉGICA BR-35..... 33

4. POTENCIALIDADE TURÍSTICA DOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS NA ESTRADA ESTRATÉGICA BR-35..... 40

4.1. PRUDENTÓPOLIS..... 40

4.1.1. Saltos e Paisagem..... 41

4.2. GUARAPUAVA..... 42

4.2.1. Atrativos Naturais..... 44

5. ECOTURISMO NA ESTRADA ESTRATÉGICA BR-35..... 47

5.1. AÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE ECOTURÍSTICA..... 47

5.1.1. Regulamentação do Ecoturismo..... 48

5.1.2. Fortalecimento e Interação Interinstitucional..... 49

5.1.3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos..... 50

5.1.4. Controle de Qualidade do Produto Ecoturístico..... 50

5.1.5. Gerenciamento de Informações..... 51

5.1.6. Incentivo ao Desenvolvimento do Ecoturismo..... 51

5.1.7. Implantação e Adequação de Infra-Estrutura..... 51

5.1.8. Conscientização e Informação do Turista..... 52

5.1.9. Participação Comunitária..... 52

5.2. ATIVIDADES POTENCIAIS A SEREM DESENVOLVIDAS NA ESTRADA ESTRATÉGICA BR-35 NA APA DA SERRA DA ESPERANÇA..... 53

5.3. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE ECOTURÍSTICA..... 56

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 58

ANEXOS..... 59

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 69

FIGURAS

FIGURA 1: Atividades desenvolvidas no ecoturismo.....	13
FIGURA 2: Mapa de localização da APA da Serra da Esperança (IAP, 1998)...	24
FIGURA 3: Mapa de localização da Estrada Estratégica BR-35 e principais pontos de referência (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1980).....	32
FIGURA 4: Detalhe do calçamento original com pedras irregulares na Estrada Estratégica BR-35 - Guarapuava/PR.....	33
FIGURA 5: Detalhe do calçamento da Estrada Estratégica BR-35 apresentando boas condições de conservação – Guarapuava/PR.....	34
FIGURA 6: Detalhe da vegetação (Ombrófila Mista) em recomposição no entorno da Estrada Estratégica BR-35 - Guarapuava/PR.....	35
FIGURA 7: Detalhe do trecho da Estrada Estratégica BR-35 recentemente limpo para acesso ao Assentamento do INCRA – Guarapuava/PR.....	35
FIGURA 8: Detalhe de reflorestamento com <i>Pinus</i> na Estrada Estratégica BR-35 - Guarapuava/PR.....	36
FIGURA 9: Detalhe das porteiras divisórias das propriedades na Estrada Estratégica BR-35 – Guarapuava/PR.....	36
FIGURA 10: Detalhe do percurso da Estrada Estratégica BR-35 com declive acentuado – Prudentópolis/PR.....	38
FIGURA 11: Detalhe do trecho precário da Estrada Estratégica BR-35 – Prudentópolis/PR.....	38

FIGURA 12: Detalhe do marco de quilometragem da época da construção da Estrada – Prudentópolis/PR.....	38
FIGURA 13: Vista da paisagem a partir da Estrada Estratégica BR-35 – Prudentópolis/PR.....	39
FIGURA 14: Vista da paisagem a partir da Estrada Estratégica BR-35, ao fundo o Morro do Chapéu – Prudentópolis/PR.....	39
FIGURA 15: Ações e estratégias para implantação do Ecoturismo na Estrada Estratégica BR-35 na APA da Serra da Esperança (BRASIL, 1994).....	48
FIGURA 16: Mapa de localização dos principais atrativos da Estrada Estratégica BR-35 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1980).....	55

TABELAS

TABELA 1: Superfície da APA da Serra da Esperança Relativa aos Municípios (IAP, 1998).....	26
---	----

RESUMO

No início deste novo milênio há uma grande preocupação com a proteção e conservação do meio para garantir que as futuras gerações possam usufruir do mesmo. Este trabalho tem a finalidade de apresentar o potencial ecoturístico da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança, especificamente a antiga Estrada Estratégica BR-35 como uma alternativa de atividade turística auto-sustentada a ser desenvolvida. No levantamento bibliográfico sobre o tema fez-se uma abordagem conjuntural sobre a importância econômica e social do turismo. O ecoturismo foi contextualizado como um dos principais segmentos da atividade turística, demonstrou-se então a diferença entre o turismo tradicional e o ecoturismo e em seguida as possibilidades mercadológicas do mesmo. As atividades de lazer e desportiva do ecoturismo são bastante variadas e necessitam quanto aos aspectos de segurança, conforto e comodidade ao turista especificidade e profissionalismo a cada uma. O Paraná é um estado com grande potencial para desenvolvimento da atividade ecoturística, principalmente nas Unidades de Conservação, e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é o órgão responsável pela regulamentação das áreas protegidas no Brasil, onde através de leis e decretos foram especificadas as áreas propícias para o desenvolvimento da atividade Ecoturística com planejamento adequado. A área de estudo deste trabalho a Estrada Estratégica BR-35 está localizada na Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança, administrada e fiscalizada pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná, foram levantadas todas as informações dos aspectos físicos, geográficos, legais e histórico-culturais, demonstrando a importância da Estrada Estratégica BR-35 como alternativa para o desenvolvimento do ecoturismo como atividade sustentável para a APA da Serra da Esperança e região. O percurso da Estrada de aproximadamente 20 km é dividido pelos municípios de Prudentópolis e Guarapuava então apresenta-se as potencialidades dos recursos naturais destes. Em seguida foi avaliada a situação física da estrada e proposto quais atividades poderão ser desenvolvidas e quais as ações e estratégias necessárias para alcançar tais objetivos. Com base neste estudo conclui-se que a atividade do ecoturismo, tanto pode trazer aspectos positivos como negativos, porém é através da implantação da atividade que a população local e regional irá manter o aspecto de sustentabilidade de uma Unidade de Conservação que esta sendo degradada.

INTRODUÇÃO

O Turismo é formado por um amplo e diversificado conjunto de atividades econômicas com importância destacada nos setores de serviço, indústria e no comércio em geral. Na atualidade é a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial. Movimenta cerca de US\$ 3,5 trilhões anualmente, e apenas na última década, expandiu suas atividades em 57% (BRASIL, 1994).

Alguns fatores como o aumento do tempo livre para prática do lazer, o aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora e a implantação de tecnologias avançadas que facilitaram o transporte e contribuíram para esta expansão vertiginosa (TRIGO, 1999). Este crescimento despertou o interesse acadêmico, e o turismo passou a ser visto como um fenômeno passível de ser conceituado, avaliado e analisado cientificamente. Contribuiu também para o surgimento de cursos ligados ao turismo a fim de qualificar a mão de obra e ofertar serviços com alto nível de qualidade (REJOWSKI, 1999).

O Brasil apresenta-se como um dos maiores destinos turísticos mundiais devido à riqueza e diversidade de seus atrativos culturais e naturais. No ranking da Organização Mundial de Turismo o Brasil pulou de 43º para 29º destino turístico mais demandado no mundo. Porém de acordo com as potencialidades brasileiras com certeza este panorama poderá aumentar ainda mais e para isso O Instituto Brasileiro do Turismo – EMBRATUR - pretende melhorar os programas já existentes de incentivo ao turismo como é o caso do PNMT - Programa Nacional

de Municipalização do Turismo. Para alcançar essas metas o turismo necessitará de grande capacitação, oferecendo os melhores serviços com foco na qualidade de atendimento e infra-estrutura para melhor receber os turistas (CARVALHO, 2001).

Uma das tendências atuais do turismo é a segmentação, dentre os vários segmentos o ecoturismo, se caracteriza como um dos segmentos que apresenta alto índice de crescimento em nosso país, resultando num incremento contínuo de ofertas e demandas por destinos ecoturísticos. Apesar da ausência de estatísticas oficiais relativas à dimensão do mercado, estima-se que 10% das pessoas que viajam sejam ecoturistas (BRASIL, 1994). No entanto tem-se perspectiva que este mercado em franca expansão tenha um crescimento de 20% ao ano, conforme resultado de pesquisa obtido junto a operadores turísticos especializados e peritos na observação do crescimento de agências operadoras de ecoturismo, conforme ZIFFER citado em BRASIL (1994, p. 12). A importância deste setor já despertou a iniciativa das autoridades que consideram o tema da seguinte maneira: "o ecoturismo configura-se no momento como uma importante alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais sem comprometer a sua capacidade de renovação e a sua conservação" (BRASIL, 1994, p. 12). Além das autoridades, a própria sociedade demonstra preocupações com o crescimento da atividade ecoturística, principalmente nas Unidades de Conservação, o que torna o assunto polêmico e com várias questões a serem resolvidas.

O tema deste trabalho enfoca o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em Unidades de Conservação. Objetivamente estuda a implantação do ecoturismo na Estrada Estratégica BR-35 localizada na Área de Proteção

Ambiental da Serra da Esperança ou APA da Serra da Esperança. Esta APA é formada por uma extensa área que envolve vários municípios do Paraná e possui inúmeros atrativos para a exploração da atividade ecoturística como alternativa de desenvolvimento auto-sustentável para a APA e seu entorno. Semelhante a outras Unidades de Conservação a APA da Serra da Esperança apresenta deficiências que dificultam a concretização dos objetivos de sua criação. Atualmente, atividades econômicas exploratórias são desenvolvidas na região a ponto de caracterizarem-se como práticas predatórias. A extração madeireira é a mais preocupante, sendo feita de forma indiscriminada, em áreas com inclinação superior a 45°, o que é vedado pelo código florestal e colocando em risco de extinção algumas espécies florestais como a canela-sassafrás e a imbua (IAP, 1996).

Além de sua importância ambiental, a Serra da Esperança tem uma profunda ligação histórica e cultural com a ocupação da região pelos portugueses. Os cobijados Campos de Guarapuava só foram efetivamente ocupados, propiciando um dos mais importantes ciclos econômicos da região sul o Ciclo do Tropeirismo Sulino, quando a escarpa foi “dominada” com a construção de um acesso para a passagem das tropas de animais, fazendo parte do “Caminho das Missões”. Na metade do século XX, mais precisamente no ano de 1942 o governo federal, pavimentou uma parte da estrada para vencer o percurso mais íngreme da então BR-35, hoje BR-277, esta parte do percurso recebeu o nome de Estrada Estratégica e ficava no ponto mais alto da Serra. A obra foi comandada pelo exército e foi construída em função da preocupação com o Paraguai e Argentina e conseqüentemente pelo interesse dos militares na ocupação territorial até Foz do

Iguaçu. Com a viabilização da subida, os eventuais comboios militares chegariam com maior rapidez aonde fosse preciso (ESTRATÉGICA, 1999).

A lei nº 9.905 de 27 de janeiro de 1992 regulamentou a área como Área de Proteção Ambiental, na sua justificativa foram previstos objetivos que garantem o desenvolvimento da atividade ecoturística, no entanto até o momento nada foi realizado e a área encontra-se praticamente abandonada, principalmente no entorno da antiga Estrada Estratégica BR-35.

O principal objetivo deste trabalho é mostrar que a atividade ecoturística pode ser desenvolvida tendo como principal produto turístico a Estrada Estratégica BR-35, localizada na Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança nos municípios de Guarapuava e Prudentópolis. Reforçando a importância da APA como estratégia de manutenção da biodiversidade dos vários ecossistemas contemplados em seu perímetro, protegendo e conservando o meio ambiente através de uma proposta de ecoturismo com desenvolvimento sustentável, organizado e planejado.

Como objetivos específicos para este trabalho, temos:

- Analisar a situação atual da APA da Serra da Esperança no trecho que margeia a Estrada Estratégica BR-35;
- Levantar informações históricas, fisiográficas e legais sobre a área da APA da Serra da Esperança;
- Selecionar atividades ecoturísticas que possam ser desenvolvidas na área.

Desta forma, apresentam-se ações e estratégias para a revitalização da Estrada Estratégica BR-35, para implantar a atividade ecoturística de forma que esta se torne auto-sustentável, promovendo assim o verdadeiro objetivo do ecoturismo.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

1.1. IMPORTÂNCIA DO TURISMO

O Turismo é hoje um dos setores mais importantes da economia mundial, garantindo crescimento econômico, desenvolvimento social, possibilitando a expansão do mercado de trabalho, e propiciando uma distribuição de renda mais justa (CARVALHO, 2001).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 2000) o turismo no Brasil impacta 52 segmentos diferentes da economia, empregando em sua cadeia desde a mão-de-obra qualificada, em setores que se utilizam alta tecnologia (transporte e comunicação) até os setores de menor qualificação, tanto do emprego formal quanto do informal.

O turismo destaca-se também pela facilidade com que promoções e novos investimentos geram empregos, a diversidade qualitativa destes, e a predominância dos postos de ocupação em micro, pequenos e médios empreendimentos. Assim o turismo é o caminho mais curto para incrementar novos processos de produção. A EMBRATUR responsável pelo desenvolvimento da atividade no Brasil constatou que no período de 1994 a 1998 o turismo gerou um faturamento (direto e indireto) da ordem de US\$ 38 bilhões, criando um universo de cinco milhões de empregos. O impacto na arrecadação de impostos diretos e indiretos chegou a US\$ 7 bilhões (CARVALHO, 2001).

1.2. SEGMENTAÇÃO DO TURISMO

O turismo como uma atividade econômica sofre também inovações constantes, em fase da competitividade dos mercados e das exigências da demanda (BRASIL, 1994). Assim, o setor privado da atividade turística está buscando o caminho da especialização, deixando de ser generalista e passando a oferecer produtos segmentados, destinados a uma clientela específica. A segmentação turística, assim como em outros mercados é uma estratégia de marketing que busca otimização dos recursos existentes nas decisões de compra e venda, ou seja, da demanda e da oferta. A segmentação apresenta fatores positivos que estimulam o mercado turístico e facilitam a vida dos turistas, alguns dos novos segmentos do turismo: turismo cultural; turismo esotérico; turismo da melhor idade; turismo esportivo; turismo náutico; turismo de aventura, ecoturismo entre outros (LAGE e MILONE, 2000).

1.3. ECOTURISMO

Define-se Ecoturismo como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (BRASIL, 1994).

Neste momento passamos por uma grande preocupação com os aspectos ambientais, a forte percepção mundial acerca da necessidade urgente de proteção e recuperação dos recursos naturais, originárias principalmente da disseminação dos movimentos conservacionista, empreendidos por grupos

ambientalistas, forças políticas e meios de comunicação, acaba por influenciar a escolha dos destinos e roteiros a serem programados. Este fato tem contribuído para o crescimento da demanda por atividades ecoturística. Entretanto, a oferta de destinos ecoturísticos depende essencialmente da existência de áreas de elevado valor ecológico e cultural, da maneira como estas áreas são geridas, da existência de infra-estrutura adequada e da disponibilidade de recursos humanos capacitados (BRASIL, 1994).

Hoje a maior parte dos governos se interessa pelo assunto, investidores privados estão voltando a sua atenção para o fenômeno ecoturístico. O turismo é hoje uma das maiores atividades econômicas do mundo, uma forma de pagar pela conservação da natureza e de valorizar as áreas que ainda permanecem naturais. Os dólares dos turistas podem reverter-se para conservação e torná-la auto-sustentável, ou como o valor monetário que as pessoas atribuem às regiões naturais pode ser quantificado, é uma questão central de um novo ramo de economia verde: o desenvolvimento sustentável.

Ecoturismo, em outras palavras, envolve tanto um sério compromisso com a natureza como responsabilidade social. Essa responsabilidade deve ser assumida também pelo viajante. A expressão “viagem responsável”, outra designação para o ecoturismo, envolve objetos semelhantes. O interesse crescente pelo ecoturismo entre os governos dos países em desenvolvimento, os operadores comerciais, as organizações assistenciais e os conservacionista dá a dimensão de seu enorme potencial econômico e conservacionista. Os ecoturistas gastam bilhões de dólares todos os anos, mas a importância do ecoturismo vai além desse enfoque, os ecoturistas gostam de utilizar os recursos de mão-de-obra local. Isso traduz em entrada de divisas do exterior, projetos

adequados ao meio ambiente e engajamento dos moradores da região na indústria de viagens.

O ecoturismo passou a ser verdadeiramente um fenômeno característico do final do século XX e início do século XXI, neste novo milênio a demanda ecoturística será bem mais exigente em relação aos primeiros movimentos ambientalistas, e esta demanda necessitará de um nível elevado de capacidade profissional aliada a um alto padrão de qualidade nos serviços prestados. Há necessidade de ofertar produtos com poder de atração e com infra-estrutura adequada a atividade ecoturística desenvolvida, tendo como principal objetivo a segurança e o conforto dos ecoturistas.

O ecoturismo é um componente essencial para o desenvolvimento sustentável e requer uma abordagem multidisciplinar, com planejamento, diretrizes e regulamentos rígidos que garantam um funcionamento estável. Somente através de um sistema intersetorial, o ecoturismo poderá de fato alcançar os seus objetivos. O poder público, o setor privado, as comunidades locais e as Organizações não Governamentais - ONG's, têm um papel importante a desempenhar.

A criação de Planos Nacionais de Turismo é essencial como estratégia integral de planejamento, incluindo as preocupações de ordem ambientais e diretrizes ecoturísticas (CARVALHO, 2001). Conselhos nacionais de ecoturismo foram criados recentemente em vários países com resultados promissores. Já que os limites geográficos constituem cada vez menos barreiras à comunicação, as estratégias ecoturísticas podem ser traçadas a partir de um enfoque regional, diferentes países podem reunir esforços para oferecer pacotes integrados que

sejam atraentes ao crescente mercado mundial dos serviços ecoturísticos (CARVALHO 2001).

Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e o desenvolvimento, é evitar os impactos negativos sobre os vários ecossistemas, a cultura e a estética paisagística.

1.3.1. Ecoturismo x Turismo Tradicional

O ecoturismo se caracteriza pela valorização do patrimônio natural e cultural como foco de interesse do visitante e pela adequada interpretação ambiental desse patrimônio. Assim o ecoturismo exige uma postura diferenciada do turista, existindo quatro condições básicas:

1. Respeito às comunidades locais;
2. Envolvimento econômico efetivo das comunidades locais;
3. Respeito às condições naturais - conservação do meio ambiente;
4. Interação educacional, ou seja, a garantia que o turista incorpore para sua vida o que aprende em sua visita. Gerando consciência para a preservação da natureza e do patrimônio histórico-cultural e étnico.

Quando não acontecem estas condições, não se caracteriza como ecoturismo, não há diferenciação legal entre as atividades de ecoturismo e do turismo tradicional, a diferença é a postura ética que o empresário, o profissional e o turista assumem ao escolherem pelo ecoturismo.

1.3.2. O Mercado Ecoturístico e suas Possibilidades

O mercado ecoturístico no Brasil atinge mais de meio milhão de pessoas. Mesmo como atividade econômica recente, o ecoturismo deve empregar no Brasil, diretamente mais de 30 mil pessoas, através de pelo menos 5 mil empresas e instituições privadas. Para a Organização Mundial de Turismo – OMT, enquanto o turismo cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo cresce cerca de 20%. Estima-se que o ecoturismo represente 5% do turismo mundial, devendo na próxima década alcançar 10% (BRASIL, 1994).

Para desenvolver a atividade ecoturística, não basta apenas existirem belezas naturais, vários outros fatores devem ser considerados como: serviço profissional, infra-estrutura adequada, capacidade de atendimento e hospedagem suficientes, e programas para o desenvolvimento da atividade com interpretação e educação ambiental. O principal, no entanto é estudar o interesse que a região pode despertar no mercado, qual é o seu diferencial em relação a outras regiões, o preço, a distância, o cenário, a cultura, áreas para atividades de entretenimento e esportivas, aliadas aos elementos naturais existentes (CARVALHO, 2001).

Para a implantação da atividade ecoturística é preciso em primeiro lugar a elaboração de um Plano Estratégico para a região, identificando pontos positivos e negativos da oferta potencial da região. Analisar as características da demanda em potencial, e definir a necessidade de estruturas e programas interpretativos, que informem adequadamente o visitante sobre o patrimônio visitado, suas características, detalhes interessantes e necessidade de proteção.

1.3.3. Ecoturismo no Estado do Paraná

O estado do Paraná com 199.323,90 Km² de superfície corresponde a 2,36% do território brasileiro. Localiza-se entre as latitudes 22° 29' 30", e 26° 42' 59" sul, com uma extensão superior a 468 km em direção norte-sul, e entre as longitudes 48° 02'24" e 54° 37' 38", ultrapassando 647 km leste-oeste. Limita-se ao norte em uma extensão de 940 km com São Paulo; a leste em 98 km com o Oceano Atlântico; ao sul e sudeste em 754 km com Santa Catarina; a sudoeste em 239 km com a Argentina; e a oeste em 208 km com o Paraguai e, em 219 km com o Mato Grosso do Sul. O estado do Paraná, em virtude da localização no setor setentrional do país, apresenta um regime anual de precipitação semelhante ao que caracteriza o Brasil tropical, ocorrendo máximo pluviométrico no verão, e mínimo em fins do outono ou inverno.

Áreas com remanescentes florestais significativamente preservados no Paraná encontram-se bastante reduzidas, principalmente as localizadas no interior, onde a história de ocupação antrópica voltada ao desenvolvimento agrícola e madeireiro causou drástica perda em grande parte da Floresta com Araucária. O litoral paranaense é alvo de loteamentos em áreas de florestas nativas, atividades pecuárias em áreas de várzeas brejosas, extração de areia e saibro, olericultura com alta aplicação de agrotóxicos e poluição de esgotos domésticos. Apesar disso, na faixa litorânea existem vários remanescentes de Floresta Atlântica localizadas em terrenos de difícil acesso e topografia acidentada, mostrando uma paisagem predominantemente verde de mata, onde se destaca a Serra da Graciosa, cortada por uma estrada homônima de grande beleza.

As áreas de Unidade de Conservação no território do Paraná somam cerca de 638.000 ha, delimitando ecossistemas de ocorrência de Floresta Atlântica

(Ombrófila Densa), Floresta com Araucária (Ombrófila Mista), Floresta do Uruguai, campos, restingas, dunas, praias, ilhas e águas interiores e de mar aberto. Com relevância destacam-se o Parque Nacional do Iguaçu, com 170.086 ha e o Parque Nacional do Superaguí, com 21.000 ha de restingas preservadas. Além desses, pela presença de importantes remanescentes de Floresta Atlântica e pela grande beleza cênica, destacam-se as Áreas de Especial Interesse Turístico de Marumbi e Guaraqueçaba, ambas no litoral, situadas próximas a Paranaguá e pela importância ecológica na preservação dos campos nativos o Parque Estadual de Vila Velha e do Guartelá (Campos Gerais).

Algumas áreas do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Paraná que apresentam interesse ecoturístico: Parque Estadual Pico do Marumbi, Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi (Estrada da Graciosa), Rio Nhundiaquara, Ferrovia Curitiba/Paranaguá, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba, Parque Nacional do Iguaçu (Cataratas do Iguaçu), Parque Estadual de Vila Velha, Parque Estadual do Guartelá, Estação Ecológica de Guaraguaçu, Área de Relevante Interesse Ecológico da Cabeça do Cachorro, Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, Estação Ecológica do Caiuá, Parque Estadual do Cerrado, Parque Estadual de Campinhos, Parque Estadual Mata dos Godoy, Parque Estadual do Lago Azul, Parque Estadual das Lauráceas, Parque Estadual Mata São Francisco, Estação Ecológica da Ilha do Mel, Parque Florestal do Rio da Onça, Área de Proteção Ambiental Serra da Esperança entre outros (PARANÁ, 2000).

1.4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ECOTURISMO

O ecoturismo dispõe de diversos ramos de atividades voltados ao lazer, diversão, aventura, esporte, de acordo com a exigência do consumidor do produto turístico, sempre levando em conta seu principal objetivo que é colocar o cliente – ecoturista - em contato com a natureza interagindo com a mesma. especificamente o ecoturismo possibilita as atividades descritas na FIGURA 1.

FIGURA 1: Atividades desenvolvidas no ecoturismo.

ATIVIDADE	CARACTERÍSTICAS
<i>Trekking</i>	Caminhada de travessia, muitas vezes usando mais de um dia, com percursos que desafiam rios, cachoeiras, matas, campos e montanhas, sendo necessário ter um bom condicionamento físico. Esta atividade oferece vários níveis de dificuldade (alto, médio, baixo ou iniciante e veterano), não utiliza equipamento especial e quase não oferece risco de acidentes.
<i>Mountain Bike</i>	Exploração de trilhas com bicicletas, necessitando de condicionamento físico e habilidades de pilotagem. Oferece risco de quedas e lesões.
Escalada ou Alpinismo	Conquista das montanhas com equipamentos específicos, necessita de condicionamento físico e habilidades específicas, adquiridas com treinamento. Oferece risco de quedas, lesões graves e até morte.
Montanhismo	Específicos para regiões montanhosas com caminhadas e acampamentos, necessita de condicionamento físico e oferece pouco risco de acidentes.
Montaria	Exploração de campos e montanhas com o uso de cavalos treinados, oferecendo risco de quedas e lesões.
<i>Birdwatching</i> (Observação de aves)	Observação técnica de aves com instrumentos e relatórios.
Vôo Livre ou	Realizado a partir de uma rampa, num lugar bem alto, oferece risco por imprudência e má checagem do

Asa Delta	equipamento e exige profissional capacitado e experiente para acompanhar os aventureiros.
Balonismo	Vôo dirigido pelo vento, controla-se apenas a altura do vôo e quase não oferece risco de acidente.
Paragliding	Utiliza-se um pára-quedas dirigível, foi inventada para descer com facilidade as montanhas escaladas. Oferece risco de quedas e lesões.
Caving ou Espeleologia	Exploração de cavernas necessita de condicionamento físico e habilidades específicas, oferecendo risco de pânico, quedas e lesões.
Espeleomergulho	Exploração de cavernas através do mergulho, sendo considerada a profissão mais perigosa do mundo, necessita de condicionamento físico e habilidades específicas. Oferece risco de pânico, afogamento e doenças barométricas.
Cayaking ou Canoagem	Técnica de exploração de rios com corredeiras ou não, necessita de condicionamento físico e, em alguns casos de habilidade específica, com risco de afogamento e lesões.
Acquaraid ou Boiacross	Descida de corredeiras usando uma bóia ou pneu de caminhão, necessita de condicionamento físico e habilidade em natação, oferecendo risco de afogamento e lesões.
Rafting	Descida de corredeiras utilizando barco inflável necessita de condicionamento físico, com risco de afogamento e lesões.
Diving ou Mergulho	Exploração subaquática com garrafas de ar comprimido necessita habilidade específica e oferece risco de afogamento e doença descompressiva.
Snorkeling	Exploração subaquática com flutuação de superfície ou com breves mergulhos com respiração presa. Necessita habilidade específica, quando se pratica a apnéia. Risco de afogamento.
Canyoning	Exploração de <i>canyons</i> e cachoeiras, utilizando técnicas de rapel e alpinismo. Necessita de habilidades específicas e oferece risco de lesões.
Pesca esportiva	Pesca sem sacrifício do peixe, utilizando anzóis sem fisga.

1.4.1. Segurança Necessária para a Atividade do Ecoturismo

Cada atividade praticada no ecoturismo, esportiva ou não, possui itens de segurança específicos. Começando pela adaptação, quando o turista vem conhecer uma região, normalmente ele sai do seu ambiente no qual está adaptado e precisa passar um tempo para se adaptar ao clima. Por exemplo, uma pessoa que sai de uma região de mata atlântica para conhecer o cerrado, nos meses de inverno, vai encontrar um ambiente seco e quente: numa trilha embaixo do sol ou numa vegetação sem sombra, o turista pode encontrar os efeitos da desidratação e de insolação.

O ritmo ou a velocidade da caminhada depende muito mais do condicionamento físico do turista do que do guia. Porém é o guia que sabe se o ritmo é suficiente para não terminar a caminhada à noite.

Para evitar a desidratação e insolação deve-se beber muita água e sais minerais. Os efeitos mais comuns são: dor de cabeça, perda de sais pelo suor. O uso do bloqueador ou protetor solar, boné, alimentação adequada e ingestão de líquido podem evitar tais aborrecimentos.

A roupa indicada para realizar atividades ecoturísticas deve ser leve para locais quentes (neoprene) e com água e para climas frios roupas leves, porém quentes ou até térmicas, sendo que cada atividade exige roupas com características específicas.

Para atividades como o alpinismo, mergulho e rapel, que são consideradas perigosas, há necessidades de treinamento específico. Outras atividades como o trekking e o sorkerling são considerados fáceis, porém necessitam de orientação para serem executadas sem acidentes. No *trekking*, por exemplo, os turistas

devem ser orientados na forma de pisar, não colocar as mãos, não correr em mata a fim de se evitar acidentes com cobras, buracos e deslizos, e ainda usar calçados e roupas adequados. O turista deve ser orientado na melhor forma para se praticar cada atividade respeitando os seus limites e vontades.

Todos os lugares aonde o turista vai passar devem ser verificados pelos guias: vias de alpinismo e rapel, trilhas em mato ou campo, escorregas, poços de mergulho, mirantes, pontos de mergulho e travessia. A verificação deve ocorrer periodicamente e sempre após as chuvas, enchentes e queimadas. O turista deve estar consciente do grau de dificuldade dos caminhos, para não fazer um passeio fora dos seus limites.

A alimentação deve ser equilibrada, isso representa um aumento de rendimento e resistência para a realização das atividades ecoturísticas que podem ser decisivas no sucesso de um passeio.

Apesar de não termos predadores naturais no Brasil, deve haver cuidado com acidentes ao tirarmos do animal a possibilidade de fuga ou de nos aproximarmos dos seus filhotes. Quanto a acidentes com os animais peçonhentos o cuidado deve ser redobrado. Então se cumprirmos com todas as dicas de segurança as atividades sempre vão trazer momentos agradáveis e com um grande acúmulo de novos conhecimentos.

1.5. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Brasil é o maior país tropical do mundo em extensão, e detém um dos maiores bancos de biodiversidade do planeta, que necessitam de proteção. “Um dos principais mecanismos de proteção da diversidade biológica, dos

endemismos, das estruturas geológicas de relevante significado e da considerável riqueza paisagística do Brasil é o sistema de áreas protegidas” (BRASIL, 1994) também conhecido como Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

Unidades de Conservação são áreas naturais protegidas conceituadas como espaço territorial, incluindo as águas jurisdicionais e seus componentes, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos e com regimes específicos de manejo e administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A Lei 9.985 de julho de 2000 criou o SNUC, estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação, e regulamentou as obrigações do poder público em relação à preservação de processos ecológicos essenciais, ecossistemas e espécies, esta lei foi sancionada após oito anos de debates entre sociedade e poder público.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação unifica a legislação sobre o tema até então dispersado em leis como o Código Florestal, a lei da Fauna e a lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Pela lei que criou o SNUC as Unidades de Conservação existentes passaram a ser divididas em unidades de proteção integral, que são de uso indireto, com restrições à presença de populações humanas em seu interior, e unidades de uso sustentável ou direto que admitem diferentes níveis de atividades e de presença de populações humanas (PARANÁ, 2000).

Atualmente cerca de 3,9% do território nacional estão sob a proteção federal na forma de diferentes categorias de manejo de Unidades de

Conservação. Esta porcentagem está distribuída nas seguintes categorias: 35 Parques Nacionais, 23 Reservas Biológicas, 21 Estações Ecológicas, 16 Áreas de Proteção Ambiental, 9 Reservas Extrativistas e 39 Florestas Nacionais. Somam-se também a este sistema as Reservas Particulares de Patrimônio Natural - RPPN's, que são áreas de conservação em propriedades privadas, para as quais existe uma legislação federal específica, além das áreas de preservação administradas pelos estados e municípios (BRASIL, 1994, p. 16), nas quais é também possível o desenvolvimento da atividade ecoturística, obedecendo todas as regras e normas pré-estabelecidas.

Muitos países têm procurado assegurar a conservação do seu patrimônio natural através de Sistemas Nacionais ou Estaduais de Unidade de Conservação. Tais sistemas consistem no conjunto articulado de áreas naturais protegidas que, planejado e manejado como um todo, é capaz de viabilizar os objetivos nacionais ou estaduais de conservação. Ou seja, um país teria no seu Sistema amostras representativas de áreas de montanhas, florestas, ilhas, pântanos, desertos, etc., de forma que ali estivesse rerepresentada toda a diversidade de biomas, ecossistemas ambientes e espécies.

Assim, dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação algumas dessas áreas protegidas, em especial nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, nas Florestas Nacionais e nas Áreas de Proteção Ambiental - APA's que são consideradas e regulamentadas como as que possuem as melhores condições para a prática do Ecoturismo.

1.5.1. Unidades de Conservação que Contemplam o Ecoturismo

1.5.1.1. Área de Proteção Ambiental – APA

Área dotada de características biológicas, ecológicas, e paisagísticas que exigem proteção especial, com restrições de ocupação e uso. O objetivo é estabelecer uma convivência harmônica entre a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento regional. Atividades turísticas e recreativas, bem como outras formas de ocupação da área são admitidas, desde que se harmonizem com os objetivos específicos: conservar ou melhorar as condições ambientais locais; preservar recursos hídricos; preservar paisagens notáveis; manter atributos culturais relevantes; proteger unidades de conservação de proteção integral; experimentar técnicas e procedimentos que permitam conciliar o uso e ocupação do solo com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, conciliados ao bem-estar das populações humanas locais. Esta categoria compreende áreas de propriedade privada sob supervisão governamental, podendo incluir trechos de domínio público.

1.5.1.2. Área Especial de Interesse Turístico - AEIT

Unidades de conservação que funcionam semelhante as APA's, com a diferença de que dão prioridade à conservação natural e cultural voltada para a realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico. Na AEIT a propriedade privada é mantida, sendo o seu uso limitado segundo os objetivos de conservação da área, ficando os proprietários responsáveis pela integridade dos bens protegidos. Como as APA's, a AEIT pode conter, em seu território, outras unidades de conservação de uso mais restrito, como parques, estações ecológicas, etc.

1.5.1.3. Parque Nacional - PN

O Parque Nacional é uma Unidade de Conservação definida como uma área geográfica extensa e delimitada, dotada de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo. Todo parque deve ter um plano de manejo, isto é um projeto dinâmico que caracterize cada um de suas zonas e proponha seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidade. As sete zonas de um parque nacional são definidas de acordo com o menor ou maior de alteração no ambiente natural, provocada pela intervenção humana.

1.5.1.4. Floresta Nacional – FLONA

As florestas nacionais são áreas com finalidades econômicas, técnicas e sociais, podendo incluir até áreas não florestadas, também utilizadas para fins de lazer e entretenimento à comunidade.

1.5.2. Turismo e Desenvolvimento Sustentável em Unidades de Conservação

O desenvolvimento sustentável e a gestão do ecoturismo representam uma questão fundamental no gerenciamento de recursos naturais, com o qual muitos administradores de Unidades de Conservação precisam lidar. Por essa razão, a primeira fase do planejamento enfoca as características dentro dos limites da Unidade e trata dos aspectos dos recursos naturais, de infra-estrutura, sistema de

visitação e quadro de funcionamento. No Brasil a maior parte das Unidades de Conservação pertence ao sistema de Parques Nacionais e, geralmente obedecem às leis nacionais. Os parques estão cada vez mais interessados no ecoturismo, onde o número de visitantes está aumentando a cada ano e provando um despertar para o desenvolvimento da atividade turística como uma nova fonte de renda e emprego. Porém para incorporar o ecoturismo e manter o equilíbrio entre custos e benefícios, os parques precisam estar preparados e planejados com recursos financeiros para a implantação da atividade ecoturística.

Segundo RUSCHMANN (1997) o desenvolvimento sustentável do turismo é considerado “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras”.

Percebe-se então a importância de que o homem conserve o seu patrimônio natural e cultural, de forma sustentável, ou seja, utilizar-se do meio ambiente evitando a degradação e compensando os impactos inevitáveis.

O desenvolvimento da atividade turística em Unidades de Conservação deve acontecer integrado a fim de que não se mate a “galinha dos ovos de ouro”, se o desenvolvimento não for planejado e organizado interagindo o poder público com a iniciativa privada a atividade corre risco de não acontecer.

Esse desenvolvimento além de ser integrado deve ser minucioso, evitando que aconteçam impactos irreversíveis. Para prevenir os impactos ambientais além dos cuidados com o patrimônio natural todos os produtos e equipamentos que estruturam a atividade devem ser considerados.

Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento o desenvolvimento sustentável é entendido como “um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da

evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD 1991, p.49 in RUSCHMANN, 1997).

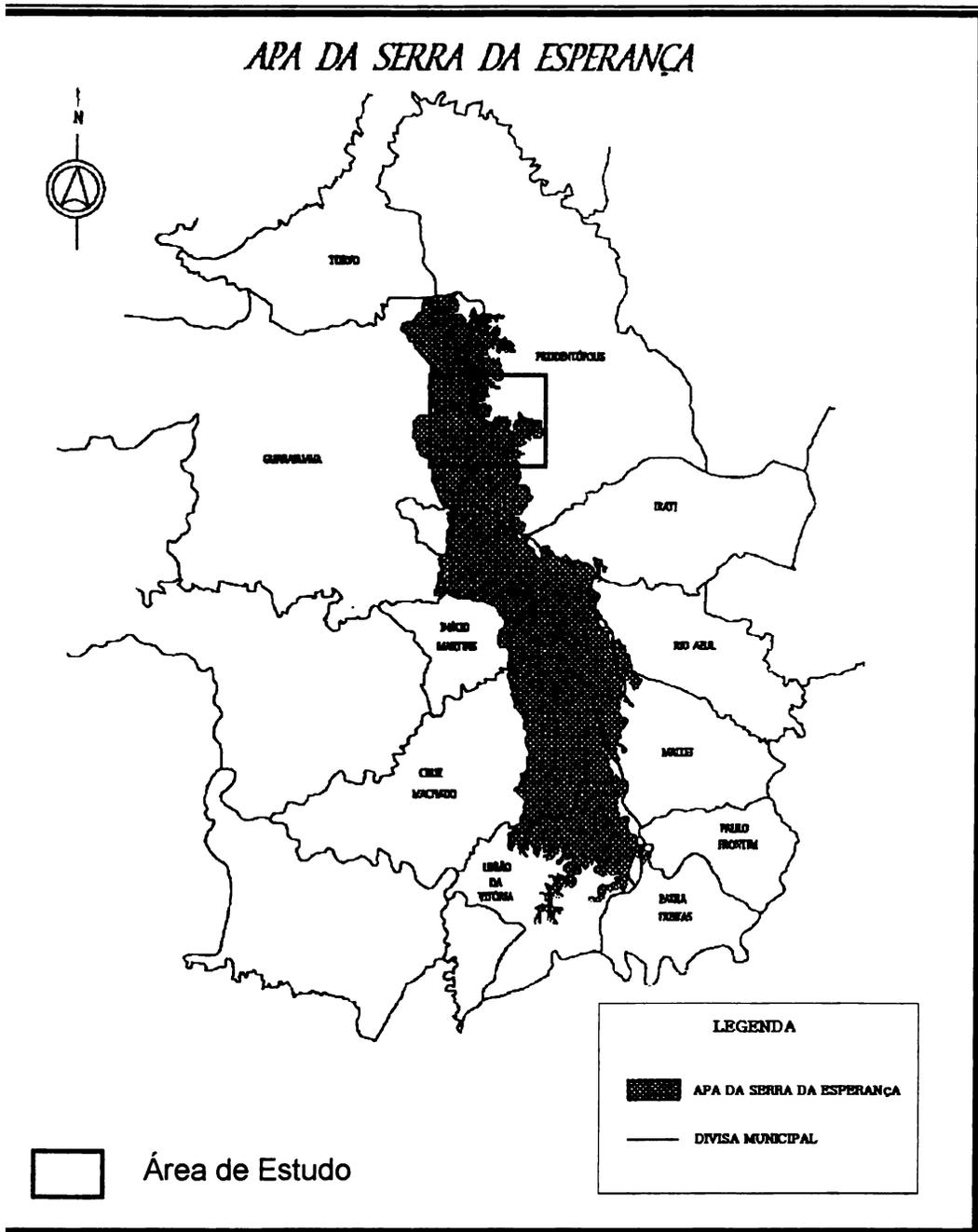
Um conceito abrangente onde todos os interesses para o desenvolvimento da atividade turística estão contemplados. Levando-se em conta todos os aspectos que se inter-relacionam como problemas ecológicos, distribuição de riquezas e a política, que trabalhados poderão ser aliados do desenvolvimento sustentável de uma localidade ou Unidade de Conservação.

CAPÍTULO II - ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA ESPERANÇA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná transformou parte da Serra Geral ou Escarpa Mesozóica, situada entre as bacias dos rios paranaenses Ivaí e Iguaçu, divisão natural entre o Segundo Planalto (de origem sedimentar) e o Terceiro Planalto (de origem basáltica) em Área de Preservação Ambiental – APA em 27 de janeiro de 1992. Baseada na Lei Federal nº 6.902 e Lei Estadual nº 9905/92 do Governo do Estado do Paraná. Sua área total é de 206.555,82 ha e abrange os municípios de Guarapuava, Prudentópolis, Turvo, Inácio Martins, Irati, Rio Azul, Mallet, Cruz Machado, Paulo Frontim, Paula Freitas e União da Vitória (FIGURA 2). Trata-se de uma área íngreme de relevo acidentado sem aptidão para o desenvolvimento da atividade agropecuária e com baixa ocupação humana pelas próprias condições imposta pelo meio natural, apesar disso em alguns trechos realiza-se agricultura de subsistência e/ou a pecuária extensiva.

Na APA da Serra da Esperança existem locais de beleza cênica como morros (Morro do Testemunho, do Chapéu ou Morungava), saltos e cachoeiras (Salto do São Francisco, Véu da Noiva, Cachoeira da Fada), a própria vegetação de Floresta com Araucária, que é a maior área contínua no Estado do Paraná.

FIGURA 2: Mapa de localização da APA da Serra da Esperança (IAP, 1999)



Nesse trecho da Escarpa Mesozóica nascem muitos tributários dos rios Ivaí e Paranapanema, incluindo mananciais de abastecimento de Guarapuava, União da Vitória e de outros municípios da região.

A APA é uma das Unidades de Conservação que engloba diversas propriedades privadas, sob supervisão governamental do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, podendo incluir áreas de domínio público, a regulamentação

APA não exige desapropriação das áreas abrangidas e tem como objetivos gerais:

- A preservação de belezas cênicas e de paisagem;
- A proteção de recursos hídricos e bacias hidrográficas, notadamente os mananciais de abastecimento público;
- Criar condições para o Ecoturismo;
- Fomentar o uso auto-sustentado dos recursos naturais.
- A preservação da biodiversidade e os ecossistemas;
- O manejo racional dos recursos da fauna e da flora;
- Propiciar estudos científicos;
- Propiciar a educação ambiental;
- Contribuir para o monitoramento ambiental;
- A conservação de ecossistemas regionais;
- A proteção de belezas cênicas e monumentos naturais;
- A proteção de solos frágeis;
- O resgate do patrimônio genético de espécies florestais raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, com atenção especial para *Araucária angustifolia*, ameaçada de extinção, a *Ocotea porosa* (imbuia), a *Ocotea odorífera* (canela sassafrás) e a *Genoma elegans* (palmeira guaricana).

2.1. MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS E SUAS RESPECTIVAS ÁREAS

A APA da Serra da Esperança possui uma área total de 206. 555,82 hectares e abrange 10 municípios sendo que cada um deles dispõe de uma área

determinada no zoneamento realizado pelo IAP, os municípios e suas áreas respectivas, estão demonstrados na TABELA 1.

TABELA 1: Superfície da APA da Serra da Esperança Relativa aos Municípios (IAP, 1998).

MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE - Ha		
	TOTAL	APA	%
Guarapuava	360.570,00	51.913,10	14,8
Inácio Martins	89.843,10	45.819,93	51,0
Cruz Machado	154.965,50	36.456,35	23,5
Mallet	70.076,00	26.237,30	37,4
União da Vitória	72.117,00	24.944,43	34,6
Prudentópolis	246.158,50	14.177,09	5,8
Irati	86.885,00	3.232,40	3,7
Rio Azul	61.309,50	1.824,55	3,0
Paula Freitas	43.188,70	1.453,67	3,4
Paulo Frontin	35.180,00	497,00	1,4
Total		206.555,82	

2.2. ASPECTOS LEGAIS DA APA DA SERRA DA ESPERANÇA

O embasamento legal para a instituição de Área de Proteção Ambiental está previsto na Constituição Federal, art. 225 - III, assim como na Constituição Estadual, art. 207 - IV. Na legislação ordinária, a criação de espaço territorial especialmente protegidos pelo poder público, e respectivo zoneamento ambiental, são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme dispõe a Lei nº 6.938/81, especificamente em seu art. 9º, incisos II e VI (PARANÁ, 1992).

No caso específico de criação de Área de Proteção Ambiental a possibilidade jurídica encontra-se estabelecida na Lei Federal sob o nº 6.902/81. O zoneamento ambiental e econômico da APA está disciplinado e detalhado na resolução nº 010/88 do CONAMA. Assim qualquer atividade incidente sobre o perímetro abrangido pela APA deverá, previamente ser licenciada e autorizada pelo órgão ambiental estadual, no caso o Instituto Ambiental do Paraná - IAP – na forma dos artigos 9º, III e IV, e 10º, ambos da Lei 6.938/81, bem como artigos 17º e 19º do Decreto Federal nº 99.274/90.

A Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança esta registrada junto ao cadastro de Unidades de Conservação Estadual, conseqüentemente, os municípios incidentes sobre a APA poderão ser beneficiados com o ICMS Ecológico, previsto na Lei Estadual complementar nº 59/91.

2.3. ZONEAMENTO DA ÁPA DA SERRA DA ESPERANÇA

O zoneamento da APA da Serra da Esperança foi realizado em 1993 por profissionais capacitados disponibilizados pelos órgãos responsáveis interessados. Após a realização do zoneamento foram estabelecidas áreas específicas para cada atividades a ser realizada na APA, conforme o ANEXO 1 (PARANÁ, 1992).

2.4. ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DA APA DA SERRA DA ESPERANÇA

Em termos das atividades econômicas atualmente desenvolvidas na APA da Serra da Esperança segundo o Instituto Ambiental do Estado do Paraná (IAP,

1996) destaca-se com peso maior que 50%, o reflorestamento com *Pinus* e o extrativismo de erva-mate e madeira. A produção animal (bovinos, suínos, aves e ovinos) é particularmente importante para a porção da APA relativa aos municípios de União da Vitória, Paulo Frontim e Irati, com pesos de 20%, 30% e 20% respectivamente. A agricultura como atividade econômica predominante destaca-se no município de Paula Freitas com peso de 90%. A quase totalidade da população da APA é rural. Apenas em Inácio Martins a APA foi incluída num perímetro urbano e conta-se com um número majoritário de população urbana.

No município de Guarapuava predominam as grandes propriedades. Aproximadamente 10 empresas desenvolvem atividades florestais e são proprietários de cerca de 80% da área de 43.370,03 ha. Essas empresas ao longo do tempo exploram exaustivamente a madeira, principalmente a araucária. Hoje encontramos reflorestamentos de *Pinus* e erva mate.

O município de Guarapuava já foi um dos maiores produtores de maçã do estado, e a maior parte da plantação era na Serra da Esperança. Atualmente os pomares de maçã estão praticamente erradicados. Com o agravamento de problemas técnicos de produção essas áreas foram cedendo lugar para culturas anuais e reflorestamento de *Pinus* e da erva-mate.

Encontram-se ainda áreas com pastagens e criação de bovinos. O mesmo acontece em outras áreas onde houve a exploração florestal como o consórcio de mata com atividades pastoris. Estima-se que 20% da APA esta ocupada por pequenos proprietários e posseiros que sobrevivem em pequenas lavouras de subsistência utilizando os métodos de roçada, queimada e plantio anual.

CAPÍTULO III - ESTRADA ESTRATÉGICA BR-35 E O ECOTURISMO NA APA DA SERRA DA ESPERANÇA

3.1. ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS

A Serra da Esperança tem uma profunda ligação histórica e cultural com a ocupação da região pelos portugueses. O nome de Serra da Esperança foi dado por Francisco Martins Lustosa em 1771 que no início a chamou de Serra da Boa Esperança, para os índios era a Serra do Capivaruçu. Como guarda-mor das minas de ouro, sua expedição abriu um caminho até o alto da serra à procura de supostas minas de ouro e diamantes. Foi por esse caminho que transitou a expedição de Afonso Botelho de Sampaio e Souza, quando veio tomar posse dos Campos Guarapuavanos para a Coroa Portuguesa, em 08 de dezembro de 1771 (MARCONDES, 1999).

Em épocas pré-cabralianas supõe-se tenha sido um dos ramais do Caminho do Peabiru, chamado pelos jesuítas de Caminho do Pai Zumé ou São Tomé. De acordo com o historiador Romário Martins e o jornalista Lourival Santos Lima, foi ao alto da Serra da Esperança que nasceu o Cacique Guairacá, que tornou o símbolo da nacionalidade brasileira com a célebre frase: “Esta terra tem dono”. O seu paiquerê, isto é, o local de caça e pesca estendia-se do Paranapanema ao Iguazu e do Tibagi ao Paraná, cujo ponto de vigia era a Serra do Capivaruçu (depois Serra da Esperança).

A partir de 1810 pelo caminho da Serra transitaram as tropas de animais criadas em Guarapuava e, após 1847, também foi utilizado pelo tropeirismo sulino, quando abriu-se acesso para a região das Missões no Rio Grande do Sul. Em 1853, quando o Paraná separou-se de São Paulo, os camaristas guarapuavanos solicitaram que Guarapuava fosse a Capital da Província, pois possuía todas as condições para tal, porém a recém-criada Assembléia Provincial indeferiu o pedido por causa do difícil acesso da Serra da Esperança (MARCONDES, 1999).

O caminho da serra em 1904 transformou-se numa estrada de rodagem, mas somente para o tráfego de carroções, puxados por oito animais, em 1917 o traçado prolongou-se até Foz do Iguaçu, com difícil acesso. Nos anos 30 ainda o transporte de passageiros era realizado pelos carroções dos poloneses, com toldo e eixo 18, levava quatro dias para realizar o trecho Guarapuava - Ponta Grossa. A Serra somente foi cascalhada em 1942, quando a estrada que ligava Ponta Grossa à Foz do Iguaçu tomou o nome de Estrada Estratégica BR-35, em 1958 foi calçada e dez anos depois foi asfaltada.

Com o asfaltamento e a construção dos viadutos Tigrinho e São João, esta via passou a se chamar BR-277 ou Rodovia Federal BR-277, a qual desviou o trajeto utilizado pela Estratégica BR-35 na subida da serra, que por sua vez foi abandonada. Ainda hoje é possível passear sobre as pedras irregulares por onde trafegaram muitas riquezas, unido um extremo do estado ao outro, de Curitiba a Foz do Iguaçu (ESTRATÉGICA, 1999).

A Estrada Estratégica BR-35 é um local com possibilidades de se transformar em importante produto turístico, não só por seu valor histórico, mas também pela beleza da paisagem, a mata nativa, grutas e quedas d'água e já

estar cadastrada no Conselho Municipal da Preservação da Memória do município de Guarapuava

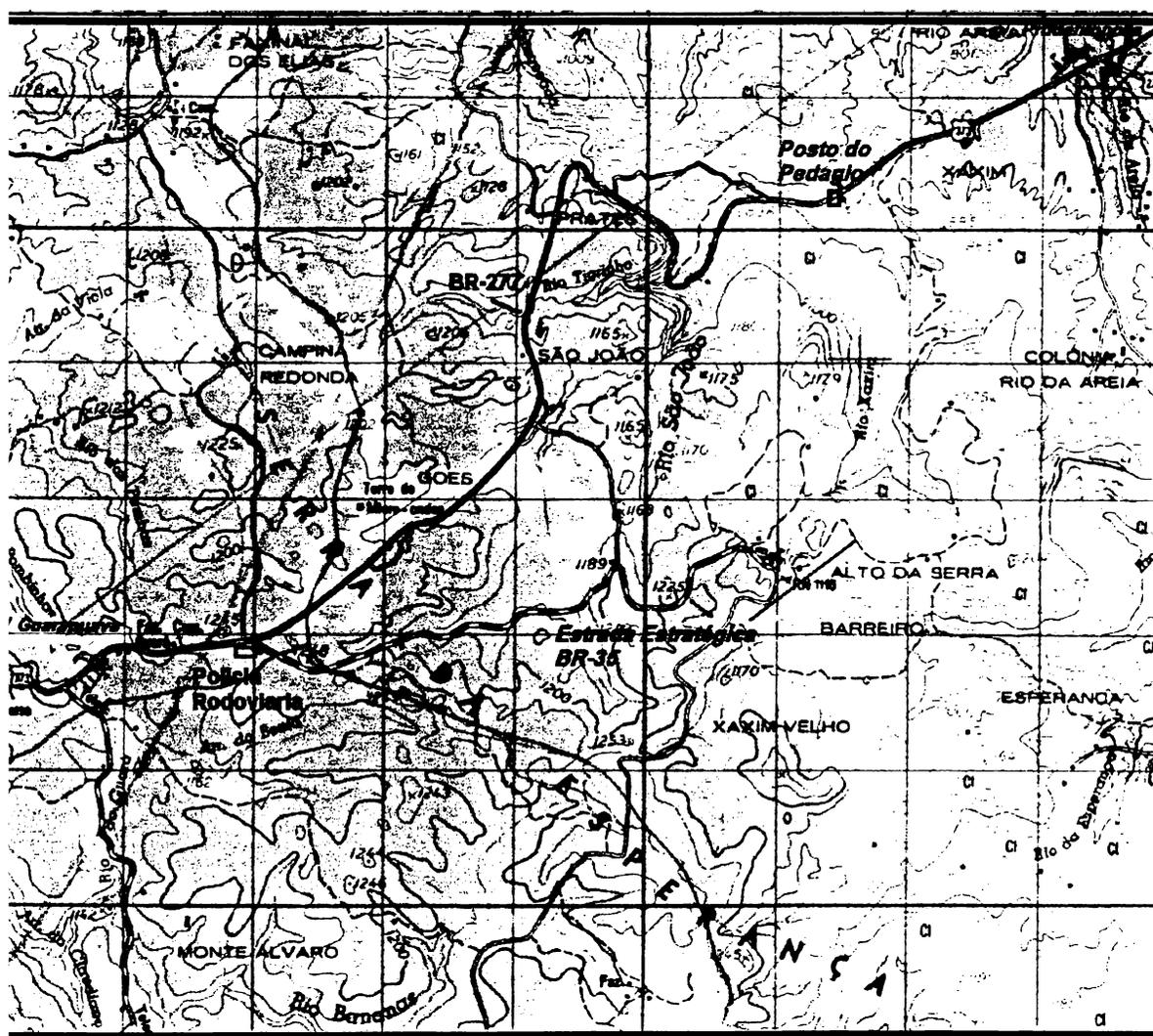
3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Estrada Estratégica BR-35 esta localizada na Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança num trecho pertencente aos municípios de Guarapuava e Prudentópolis. No sentido Guarapuava – Curitiba, inicia-se no município de Guarapuava próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal na BR-277 (FIGURA 3), nas coordenadas geográficas 51° 15' 36" longitude oeste, e 25° 22' 13" latitude sul, a 1.215 m de altitude e termina ligando-se novamente com a BR-277 no município de Prudentópolis nas coordenadas 51° 09' 40" oeste e 25° 18' 20" sul, numa altitude de 762 m, totalizando um percurso de aproximadamente 20 Km descendo a Serra.

A cobertura vegetal original da área era de Floresta com Araucária (Ombrófila Mista), atualmente possui vários estágios, deste mata nativa, passando por áreas de recuperação, reflorestamento, capoeiras, capoeirões e pasto (gramíneas cultivadas). O clima é subtropical úmido, nos meses de junho a setembro ocorrem geadas. A tipologia climática segundo a classificação de Koeppen é Cfb, ou seja, mesotérmico com média no mês mais frio inferior a 18°C, úmido o ano todo e com verões brandos. Os valores técnicos de temperatura são amenizados pela altitude da região. As quedas bruscas de temperatura no inverno são causadas pela invasão de massas de ar frio, associadas a céu desprovido de cobertura de nuvens o que acarreta o fenômeno da geada em maior intensidade do que em outros locais.

A Estrada corta a região mais alta da Serra da Esperança com cotas sempre superiores a 1.100 m de altitude, chegando a 1.270 m, tornando o clima da área bastante peculiar, com ocorrência de neblina devido à alta umidade, chuvas de pedra no início da estação quente e ocasionalmente a incidência de neve.

FIGURA 3: Mapa de localização da Estrada Estratégica BR-35 e principais pontos e referência (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1980).



A Estrada na parte inicial ainda é utilizada como acesso à localidade de Alto da Serra, e desce a Escarpa acompanhando o *canyon* do Rio Xaxim em forma de ferradura, sobre um terreno arenoso que facilita o desmoronamento, razão do trecho de descida ter sido abandonado para o tráfego pesado.

3.3. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FÍSICA DA ESTRADA ESTRATÉGICA BR-35

A situação física da estrada é precária, e desde seu abandono como eixo principal da rodovia é utilizada somente como acesso secundário para as fazendas da região. Nunca houve uma preocupação na manutenção do seu calçamento original com pedras irregulares (FIGURA 4).

FIGURA 4: Detalhe do calçamento original com pedras irregulares na Estrada Estratégica BR-35 - Guarapuava/PR .

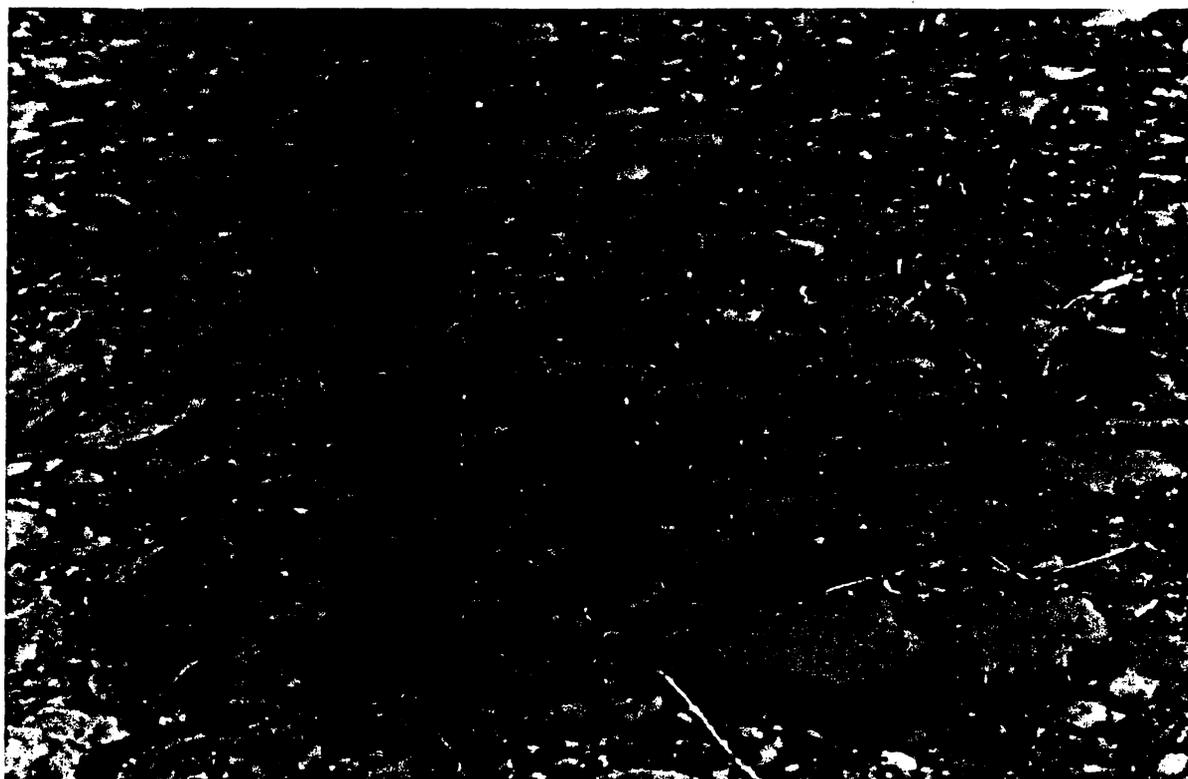


Foto: Euclides Cardozo Jr. – Guarapuava, 2001

Para uma análise detalhada do seu estado atual dividiu-se o percurso da estrada em três trechos:

- **Trecho 1:** Refere-se aos primeiros 7 Km da estrada desde sua ligação com a BR-277 na altura do Posto da Polícia Rodoviária Federal no município de Guarapuava. É utilizado como acesso secundário para as fazendas e sítios da região, o trecho possui o calçamento original com pedras irregulares.

Considerando o seu estado de conservação razoável, apresenta boas condições de trafegabilidade para veículos leves e utilitários, a largura média é de oito metros, possibilitando tráfego nos dois sentidos (FIGURA 5).

FIGURA 5: Detalhe do calçamento da Estrada Estratégica BR-35 apresentando boas condições de conservação – Guarapuava/PR.



Foto: Euclides Cardozo Jr. – Guarapuava, 2001

O percurso final neste trecho da estrada encontrava-se totalmente tomado pela vegetação e recentemente foi limpo para dar acesso a um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (FIGURAS 6 e 7). A vegetação do entorno é Mata com Araucária em estágio avançado de recomposição. Em alguns trechos a mata foi substituída por reflorestamento de *Pinus* (FIGURA 8). No decorrer do percurso surgem porteiras e mata-burros que dividem as fazendas e os lotes de assentamento (FIGURA 9).

IGURA 6: Detalhe da vegetação (Ombrófila Mista) em recomposição no entorno da Estrada Estratégica BR-35 - Guarapuava/PR.



Foto: Euclides Cardozo Jr. – Guarapuava,

IGURA 7: Detalhe do trecho da Estrada Estratégica BR-35 recentemente limpa para acesso ao Assentamento do INCRA – Guarapuava/PR.

8: Detalhe do reflorestamento de *Pinus* na Estrada Estratégica BR-35 – Guarapuava/PR.



Foto: Prefeitura Municipal de Guarapuava – Guarapuava, 1999

9: Detalhe das porteiras divisórias das propriedades na Estrada Estratégica BR-35 – Guarapuava/PR.



Foto: Euclides Cardozo Jr. – Guarapuava, 2001

- **Trecho 2:** Refere-se aos 5 Km em que a estrada é utilizada como acesso à comunidade de Alto da Serra. A vegetação no entorno é de capoeiras principalmente de taquaras e xaxins, aparece também campo nativo. Há trechos com o seu calçamento em pedras irregulares bem conservados. Pode-se observar ao longe algumas nascentes (cachoeiras) que descem os declives e irão formar os rios da região. Neste trecho existe um local que era utilizado como parada de descanso (pouso) dos tropeiros e apresenta uma nascente canalizada para permitir o acesso. Alguns quilômetros à frente encontra-se a localidade Alto da Serra onde ainda existe uma pequena igreja (ANEXO 2) e escola construídas em madeira, do período em que a extração madeireira era a principal fonte de renda da região.
- **Trecho 3:** Refere-se aos 8 Km de descida, desde a Comunidade Alto da Serra até a ligação com a BR-277 na localidade de Rio da Areia já no município de Prudentópolis. Neste percurso a estrada tem vários trechos em estado precário, sem possibilidades de tráfego pesado devido aos rios de desabamento de barreiras. A declividade da estrada facilitou a erosão, as pedras do calçamento original encontram-se soltas surgindo irregularidades no leito da estrada. A vegetação do entorno em alguns trechos foi devastada e substituída por pasto ou lavouras de subsistência, mesmo em terrenos íngremes. A utilização incorreta e a exploração irracional da vegetação para retirada da madeira contribuíram para a situação atual da estrada (FIGURA 10 e 11). Ainda podem ser encontrados marcos de quilometragem da época da construção da estrada (FIGURA 12). Neste trecho é possível ter uma visão ampla da paisagem, onde se pode observar o *canyon* formado pelo Rio Xaxim e o Morro do Chapéu (FIGURA 13 e 14).

FIGURA 10: Detalhe do percurso da Estrada Estratégica BR-35 com declive acentuado – Prudentópolis/PR.

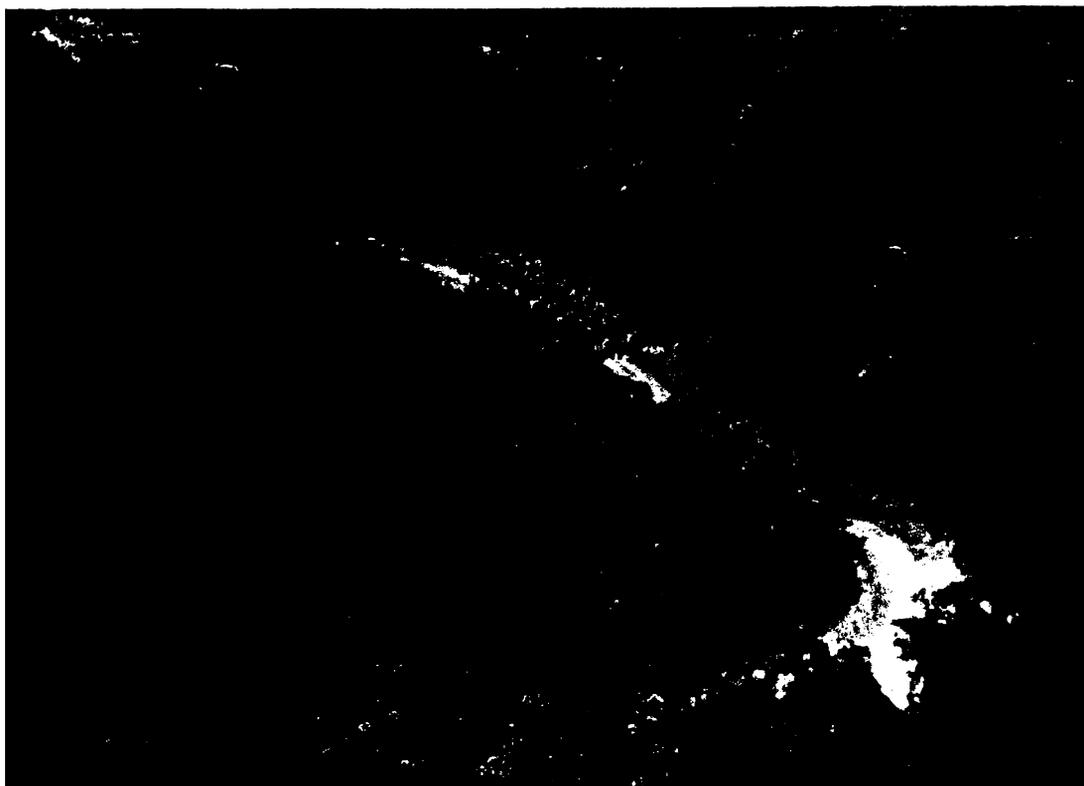


Foto: Prefeitura Municipal de Guarapuava – Guarapuava, 1999

FIGURA 11: Detalhe do trecho escarpado da Estrada Estratégica BR-35 – Prudentópolis/PR.

FIGURA 12: Detalhe do marco de quilometragem da época de construção da Estrada.

FIGURA 13: Vista da paisagem a partir da Estrada Estratégica BR-35 – Prudentópolis/PR.



Foto: Comunidade Alfa-Ômega – Guarapuava, 1998

FIGURA 14: Vista da paisagem a partir da Estrada Estratégica BR-35, ao fundo do Chapéu – Prudentópolis/PR.



4. POTENCIALIDADE TURÍSTICA DOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS NA ESTRADA ESTRATÉGICA BR-35

Dentre os municípios envolvidos na APA da Serra da Esperança, será descrito o potencial ecoturístico dos recursos naturais existentes nos municípios de Prudentópolis e Guarapuava, que abrangem a Estrada Estratégica BR-35, além dos inúmeros atrativos da APA que ainda não foram catalogados, como quedas, cachoeiras, cavernas *canyons* e outros.

4.1. PRUDENTÓPOLIS

Prudentópolis localiza-se no centro sul do estado do Paraná à 25° 12' 40" de latitude e 50° 58' 50" de longitude, no segundo planalto numa altitude média de 840 m. Os municípios limítrofes são Ivaí, Irati, Guarapuava, Cândido de Abreu e Imbituva. Geologicamente está assentado sobre a Formação Botucatu e Serra Geral (Escarpa Mesozóica) e rochas mais novas que o devoniano. Destaca-se na geomorfologia do município a Serra das Pombas e a Serra da Esperança, com relevo acidentado, os Morros Trombudinho, Morro Agudo, Morro Liso e Morro Morungava.

O solo é predominantemente litólico, o clima moderado, subtropical úmido, com temperatura média de 18,5° C, com máxima de 38° C e mínima de 6,5° C. A maior incidência de chuvas ocorre no mês de janeiro, a pluviosidade anual é de 2.050,30 mm.

A vegetação original e Floresta com Araucária (Ombrófila Mista) e o município é cortado pelos rios São Francisco, dos Patos, Ivaí, São João, Barra

Grande, Anta Gorda, Marrecas e São Sebastião. Prudentópolis destaca-se pela quantidade e diversidade de quedas d'água, formando um conjunto único para a prática do ecoturismo e turismo aventura.

4.1.1. Saltos e Paisagem

O Salto São Francisco localizado no distrito de Jaciaba, distante 50 km do centro de Prudentópolis é considerada uma das maiores do Brasil com 196 metros de altura. O acesso é bastante precário, por estrada de terra, mesmo não existindo um planejamento ou mesmo um meio de transporte municipal muitos turistas aventureiros visitam a cachoeira.

Salto dos Papagaios com mais de 100 metros de altura, também possui acesso difícil e precário.

Salto São João com 84 m de altura, localizado em Barra Bonita, 22 km da sede. Perfeito para aventureiros, fácil acesso por estrada cascalhada. Os turistas podem descer por uma escada de 84 metros até o pé do salto, próximo dali está o Canyon do Rio dos Patos.

Salto da Usina localizado no Recanto Rickli, com 32 metros de altura, distante da sede 5 Km, com acesso pela BR 373. Oferece uma boa infra-estrutura para acampamentos.

Salto São Sebastião localizado na comunidade de São Sebastião, a 29 Km da sede, com 120 metros de altura. Acesso facilitado por estrada cascalhada até o salto.

Salto Barão do Rio Branco com 80 m de altura, localizado aproximadamente a 2 Km do Recanto Rickli. O Saltinho próximo à BR, hoje

barragem. Salto Tigrinho com 100 de altura metros propicia além do belo visual, local para banhos de rio e em cascatas. Outros saltos poderão ser apreciados como: Salto da Barra Grande, Salto Fazenda Velha, Salto do Milot, Salto do Rickli, Salto Virgílio, Salto Cassiano, Salto do Rio dos Patos, Salto Cipó, Salto das Samambaiais, Salto do Jacutinga, Salto do Ivanei, Canyon do Rio dos Patos, Canyons do Rio São Francisco

A paisagem do município é bastante diversificada devido aos fenômenos geográficos que ocorreram na região, sendo uma região de transição do segundo para o terceiro planalto de origens geológicas diferenciadas (sedimentar e basáltico). O município apresenta extensas áreas montanhosas e de relevo movimentado impróprias para a agricultura mecanizada. Inúmeras cachoeiras de altura elevada são resultado da intensa movimentação geológica, na divisa com Guarapuava predomina a presença da Escarpa Mesozóica. A vegetação onde predominavam pinheirais encontra-se em estado de regeneração onde facilmente são encontrados capoeiras e capoeirões com predominância de bracatinga.

4.2. GUARAPUAVA

O município de Guarapuava situa-se no terceiro planalto paranaense, e quanto à exploração do turismo é o núcleo de melhor estrutura urbana no terceiro planalto paranaense. Apresenta uma grande área de influência, pois ainda é o maior município do Paraná em extensão territorial.

Possui vários atrativos naturais e culturais a serem explorados, destacando-se as sedes das fazendas para o turismo rural, e dentre os atrativos naturais o complexo da APA da Serra da Esperança. Guarapuava localiza-se à

latitude 25° 23' 26" sul e 51° 27' 15" longitude oeste, com altitude média de 1.160 m e superfície de 360.570 ha. Limita-se ao norte com Campina do Simão e Turvo, ao sul com Pinhão, Reserva do Iguaçu e Inácio Martins, a leste com Prudentópolis e oeste com Candói e Goioxim. Guarapuava pertence a meso-região Centro-Oeste do Paraná.

Seu clima é moderado, subtropical úmido, nos meses de junho a setembro ocorrem geadas e, ocasionalmente neve. A tipologia climática segundo a classificação de Koeppen é Cfb, ou seja, mesotérmico com média do mês mais frio inferior a 18°C, úmido o ano todo e com verões brandos. As temperaturas médias mensais nos períodos de calor variam entre 18°C e 21°C onde as máximas absolutas atingem 29°C a 31°C e no inverno as temperaturas médias mensais variam entre 10°C e 14°C, as mínimas absolutas ficam abaixo de zero grau. Na região do terceiro planalto paranaense, a dinâmica das massas de ar que dão característica ao clima, coloca em evidência a invasão de massas polares tropicais, ou seja, ondas de noroeste provindas do Chaco. Os valores técnicos de temperatura são amenizados pela altitude da região. As quedas bruscas de temperatura no inverno são causadas pela invasão de massas de ar frio, associados a céu desprovido de cobertura de nuvens o que acarreta o fenômeno da geada. A pluviosidade anual é de 1.937,7 mm (média dos últimos 20 anos) e com frequência ultrapassa os 2.000 mm/ano, com boa distribuição durante o ano. Os valores médios de umidade relativa do ar ficam em torno de 73,5% no mês de agosto a 81,0% no mês de fevereiro.

A cobertura original era de gramíneas nativas e nas depressões e próximo às nascentes com floresta subtropical onde predominavam o Pinheiro do Paraná, a erva-mate e madeiras nobres. Atualmente a cobertura vegetal atinge 33,17% da

área total do município, contemplando a maior reserva de Araucária do Sul do Brasil. Guarapuava abriga a maior porcentagem de florestas nativas do estado do Paraná, porém os campos nativos foram substituídos por lavouras mecanizadas ou pastos cultivados.

A região é um divisor de águas entre afluentes da bacia do rio Iguaçu e dos rios Ivaí e Piquirí. O município é drenado principalmente pelo rio Jordão e seus afluentes o rio Pinhão e São João, o rio Cavernoso faz a divisa oeste do município, e todos eles fazem parte da bacia do rio Iguaçu. O rio Marrecas corta uma parte do município sendo afluente do rio Ivaí. O rio Piquirí nasce no município estabelecendo o limite norte do mesmo. Todos fazem parte da bacia do Paraná.

O relevo predominante é suavemente ondulado, onde aparecem os campos chamados Campos de Guarapuava prolongamento dos Campos Gerais. Nas depressões e próximo às nascentes aparece vegetação mais exuberante. O solo origina-se da formação Botucatu e Serra Geral, constituído por arenitos com seleção irregular de areia fina com estratigrafia de porte médio. A Serra Geral toma a denominação local de Serra da Esperança, onde predomina relevo acidentado com solos litólicos.

Guarapuava destaca-se como potencial para o ecoturismo pelas grandes áreas de vegetação nativa ou em recomposição e os rios límpidos de serra com inúmeras corredeiras, destacando-se (GUARAPUAVA, 1999):

4.2.1. Atrativos Naturais

A Terra Indígena de Marrecas está situada entre os municípios de Guarapuava e Turvo. Sua área total é de 16.538,580 ha e sua população de 385 habitantes, com relevo ondulado nas depressões e próximo às nascentes dos rios, apresentam características de mata subtropical com vasta área de Floresta com Araucária. O Paraná teve uma população indígena pré-cabraliana das mais densas e na região de Guarapuava existiam mais de dez mil *Kaingang* habitando os *coranbagre* - Campos de Guarapuava. É importante salientar que a conquista dos territórios *Kaingang* foi feita em meio a reação permanente dos índios às vilas, fazendas e viajantes que invadiam suas terras, matas e campinas. As lutas e ataques se prolongaram durante os séculos XVIII, XIX e início do século XX somente após 174 anos finalmente os índios conseguiram a posse definitiva das suas terras, com a homologação da área indígena pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI em 29 de março de 1984.

O Parque Municipal das Araucárias localizado às margens da BR 277 – km 343, próximo ao perímetro urbano. Sua área de 100 ha foi declarada como reserva ecológica em 05 de junho em 1981, pela lei municipal 042/81. Em 01 de julho de 1991 foi criado o Parque e declarado de relevante interesse ecológico, enquadrando-se na categoria de manejo de Unidade de Conservação o que prevê seu uso científico, recreativo, cultural e educativo, aliados à conservação ambiental.

É um remanescente representativo das formas naturais de Floresta com Araucárias (Floresta Ombrófila Mista), onde a densidade e a dimensão de seus pinheiros a tornam de notável significância, pois a Araucária (*Araucaria angustifolia*) conhecida como Pinheiro-do-Paraná o símbolo do estado. No parque há duas trilhas interpretativas, que possibilitam observação e contato direto com a

natureza, contando também com um centro de educação ambiental que possibilita o conhecimento da biodiversidade do local. Possui um museu Entomológico ou de História Natural com mais de 80 mil espécies e criadouros de animais silvestres como projeto piloto que estão à disposição para serem estudados e apreciados. Dentre as espécies de animais e plantas existentes citam-se as aves: socozinho, sebinho, corruíra, tico-tico, tiê-sangue, sanhaço, pintassilgo, etc; mamíferos: gambá, veado, cotia, porco-do-mato, preá, etc; plantas: bugreiro, bracatinga, canela, sebo, imbuia, xaxins, araucária, guabiroba, guaçatunga, orquídeas e outras.

Com essas potencialidades ambientais o governo municipal através da Secretaria do Meio Ambiente, Desenvolvimento Florestal e Turismo - SEMAFLOTUR, o Parque foi transformado num Centro de Excelência em Educação Ambiental.

Parque Recreativo do Jordão localizado à 6 km da cidade, possui uma área verde de 30 ha, com equipamentos de lazer. Nesta área o Rio Jordão é rico em piscinas naturais, corredeiras, saltos e cachoeiras. É um local cheio de surpresas, atrações e encantos que se completam com as lendas da Gruta do Monge e de um olho d'água bento pelo monge João Maria. Os índios guaranis chamavam esse rio de *Capivaruçu* (capivara, *açu* = grande). Em 1771, Afonso Botelho de Sampaio e Souza trocou-lhe o nome para Rio Jordão. Nesse local funcionou a primeira usina hidrelétrica de Guarapuava, com o nome de Empresa Força e Luz do Oeste.

Salto do Curucaca situado no Rio Jordão, a 60 km da sede do município, tem uma queda d'água de 62 m de altura. No local pode ser apreciada ainda a

usina que fornece energia para uma das grandes indústrias de papel do município.

Salto Marrecas situado no Rio Marrecas, atravessa uma área indígena, propiciando paisagens belíssimas ao visitante por toda a sua extensão. O Salto Marrecas é uma cascata de aproximadamente 15 m em dois lances formando uma bela lagoa antes de seguir seu curso normal.

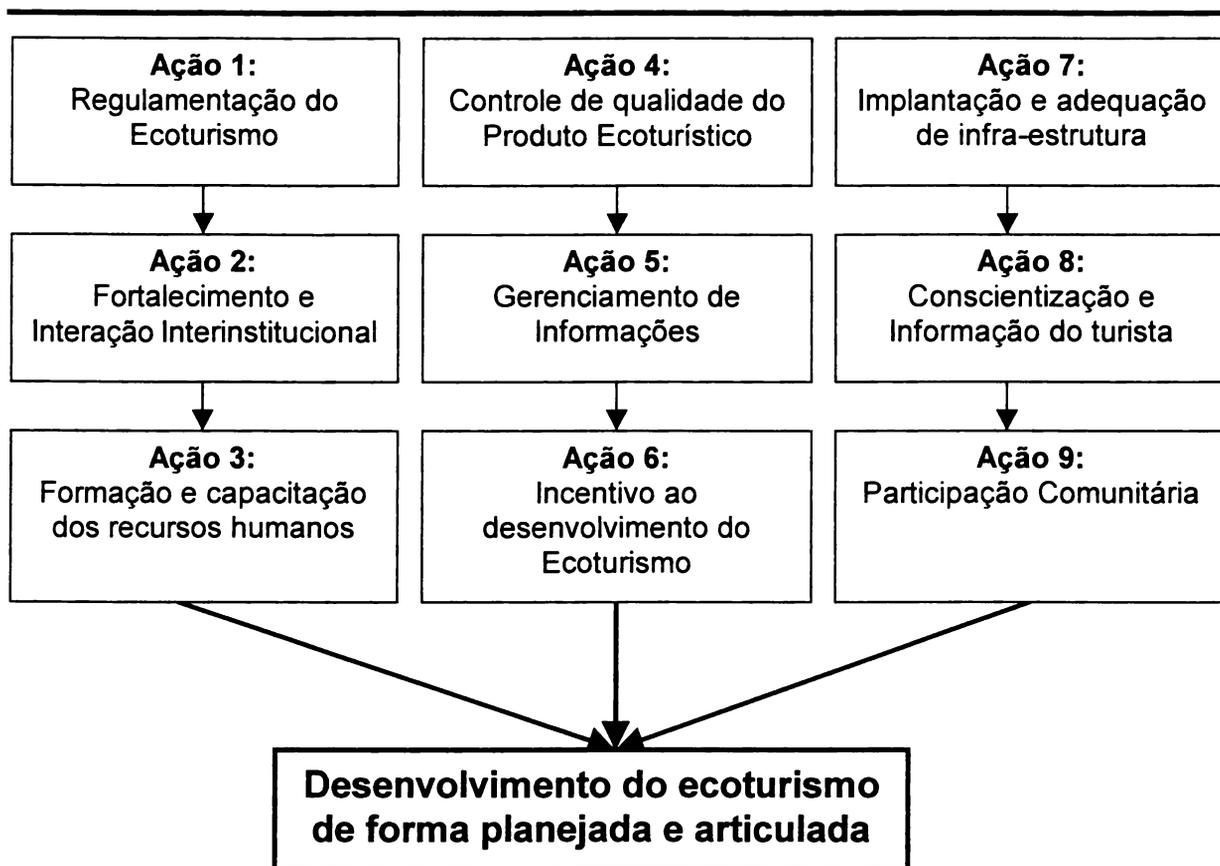
5. ECOTURISMO NA ESTRADA ESTRATÉGICA BR-35

Os municípios de Prudentópolis e Guarapuava apresentam inúmeros atrativos naturais que facilitam a exploração do ecoturismo, sendo a APA da Serra da Esperança o melhor exemplo. A Estrada Estratégica BR-35 pode ser mais um atrativo na região que caminha para tornar-se um pólo do ecoturismo. Um planejamento adequado e crescimento ordenado são necessários para melhor aproveitar este potencial, promovendo o desenvolvimento da região.

5.1. AÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE ECOTURÍSTICA

O objetivo principal das ações e estratégias a serem aplicadas, é de garantir o sucesso da implantação da atividade, sendo que estas devem acontecer de forma integrada, envolvendo órgãos governamentais, ONG's, setor privado, formando parceiras com a comunidade diretamente envolvida. Estas ações são sistematizadas na FIGURA 15.

FIGURA 15: Ações e estratégias para implantação do Ecoturismo na Estrada Estratégica BR-35 na APA da Serra da Esperança (BRASIL, 1994).



5.1.1. Regulamentação do Ecoturismo

As estratégias de regulamentação objetivam a identificação das legislações pertinentes a atividade que contemplariam os aspectos ambientais, trabalhistas, comerciais, sanitários, turísticos, tributários, fundiários e agrícolas de âmbito regional.

Em termos de legislação, a área encontra-se regulamentada através da criação da APA, faz-se necessário regulamentar as atividades através dos Conselhos Municipais de Turismo - CMT dos municípios de Prudentópolis e Guarapuava.

5.1.2. Fortalecimento e Interação Interinstitucional

Segundo o Diagnóstico Sócio-Ambiental da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança (IAP, 1998), várias instituições governamentais e não governamentais atuam com vários programas na área: EMATER, SANEPAR, COPEL, SEAB, IAP, Sindicatos e Prefeituras. É preciso consolidar parcerias entre essas instituições, colocando o ecoturismo na pauta desses programas. O mesmo documento cita o interesse dos municípios em estimular o ecoturismo como opção para a conservação ambiental da APA da Serra da Esperança, este interesse vem de encontro aos objetivos deste trabalho.

O desenvolvimento do ecoturismo na Estrada Estratégica BR-35 deverá contar com o apoio tanto do governo estadual e dos municípios de Prudentópolis e de Guarapuava, quanto da iniciativa privada. A alocação de recursos existentes para o desenvolvimento turístico que ambos podem receber, contribuirá com a melhoria da infra-estrutura de apoio turístico, como por exemplo: informações, acessos, sistemas de transportes, comunicação, segurança, equipamentos médico hospitalares e outros sistemas (saneamento água esgoto, energia, lixo. etc.). Além de fornecer subsídios de estímulo à iniciativa privada para que os mesmos possam investir no setor e fornecer assessoria aos mesmos com profissionais capacitados que possam contribuir com uma análise do potencial e da viabilidade do produto que cada empresário tenha interesse em investir.

Ao setor privado cabe contribuir com os equipamentos e serviços turísticos, que são denominados de superestrutura, necessária para acontecer a atividade turística, os principais são: meios de hospedagem, serviços de alimentação,

entretenimentos e outros equipamentos e serviços turísticos que venham contribuir para o desenvolvimento da atividade. Deve-se priorizar essas novas perspectivas para os proprietários e habitantes locais e em último caso para o setor privado de outras localidades.

5.1.3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos

Cursos de capacitação podem ser organizados pelas prefeituras em parceria com as associações e sindicatos, enfocando a importância do ecoturismo para a economia local. Através de instituições de ensino superior como a Faculdades Integradas Guarapuava que mantém os cursos de Turismo e Ciências Ambientais, que podem desenvolver projetos que contribuirão com a capacitação de profissionais e da população, como o Plano de Educação Turística para Escolas de 2º Grau, e Programa de Educação Ambiental para 1º e 2º Graus.

5.1.4. Controle de Qualidade do Produto Ecoturístico

Para desenvolver o ecoturismo, é necessário o monitoramento da qualidade dos produtos e serviços a serem oferecidos. O fato de esta atividade ser implantada dentro de uma APA, cujo objetivo principal é a conservação do meio ambiente, este objetivo não pode ser esquecido. Deve-se estimular estudos que comprovem se a atividade realmente está cumprindo com as suas responsabilidades ambientais, enfocando:

- Fiscalização dos serviços e equipamentos ecoturísticos;
- Avaliação dos impactos da atividade;

- Fomento ao desenvolvimento de pesquisas dirigidas para o controle da qualidade do ecoturismo.

5.1.5. Gerenciamento de Informações

O sistema de gerenciamento e informações poderá ser feito através de banco de dados, onde cada município deve manter todas as informações referentes às atividades desenvolvidas na estrada e das condições dos recursos naturais e culturais existentes atualizadas.

5.1.6. Incentivo ao Desenvolvimento do Ecoturismo

As seguintes ações podem ser contempladas:

- Promover alocação adequada de recursos financeiros para o ecoturismo;
- Incentivar a viabilização de recursos para novos empreendedores;
- Articular com organizações não-governamentais, nacionais e internacionais interessadas.

5.1.7. Implantação e Adequação de Infra-Estrutura

As estratégias referentes implantação e adequação de infra-estrutura visam tornar possível o desenvolvimento da atividade. A antiga Estrada Estratégica BR-35 encontra-se hoje com vários estágios de manutenção (FIGURAS 4 a 6). Para iniciar a atividade ecoturística será necessário reparos como: recolocar as pedras do calçamento e limpeza das canaletas e bueiros entupidos com acúmulo de

detritos devido ao longo tempo de abandono. Também há necessidade da avaliação técnica das condições de trafegabilidade da estrada por profissionais capacitados. A abertura de trilhas de acesso às cachoeiras e ao Rio Xaxim, construção de mirantes, proteção das nascentes e bicas de água. Portais de acesso à estrada em Prudentópolis e Guarapuava com guarita e infra-estrutura para informações. Esses portais devem apresentar características regionais (rústicos e de madeira) e no local serão fornecidas informações turísticas e de educação ambiental, além de ser o local de cobrança de tarifa e controlado o limite de capacidade de carga que deverá ser administrada pelo poder público ou terceirizada.

5.1.8. Conscientização e Informação do Turista

Esta ação esta relacionada à divulgação aos turistas de informações inerentes ao produto ecoturístico e orientar a conduta adequada nas áreas visitadas. A proposta para o desenvolvimento do ecoturismo na Estrada Estratégica BR-35, inicia-se por uma modificação do nome passando para: “Estrada Turística da APA da Serra da Esperança”. Com esse *slogan* deverá ser feita uma campanha de marketing, nessa divulgação cabe a cada um dos municípios envolvidos utilizar os recursos disponíveis como: panfletos, *folders* e vídeos, com informações padronizadas.

5.1.9. Participação Comunitária

O envolvimento das comunidades locais de forma participativa é uma estratégia que objetiva a conscientização e sensibilização da mesma, dos benefícios e impactos que o ecoturismo pode trazer. Isto pode ser conseguido através das seguintes estratégias:

- Criação de uma Comissão de Ecoturismo com representantes dos dois municípios;
- Estímulo à criação e fortalecimento de uma Associação do Ecoturismo;
- Fomentar e apoiar às iniciativas de pequenos e micro empreendedores;
- Criação de mecanismos para definir e fiscalizar a comercialização de produtos e serviços.

5.2. ATIVIDADES POTENCIAIS A SEREM DESENVOLVIDAS NA ESTRADA ESTRATÉGICA BR-35 NA APA DA SERRA DA ESPERANÇA

Citaremos agora apenas algumas das muitas atividades econômica que poderão ser desenvolvidas em paralelo com a implantação da Estrada Turística da APA da Serra da Esperança, todas devem obedecer as regulamentações para desenvolvimento da atividade turística numa Área de Proteção Ambiental, ou seja, utilizar forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas e trazendo desenvolvimento para a comunidade e região.

A implantação do ecoturismo na Estrada Estratégica BR-35 propiciará a oportunidade de novos mercados de trabalho, alguns fazem parte da infra-

estrutura de apoio ao turismo, como é o caso de pousadas ou hotéis, restaurantes ou lanchonetes e operadoras de turismo com guias e profissionais capacitados que realizarão as atividades ligadas ao lazer e entretenimento dos turistas.

O ecoturismo, o turismo rural, turismo de aventura, agroturismo e o turismo desportivo são algumas das atividades que apresentam potencial para serem desenvolvidas, utilizando o meio ambiente natural ou espaços pouco utilizados como recurso de atrativo aos turistas, promovendo sempre o contato com a natureza e a consciência ambientalista.

A implantação do ecoturismo através da Estrada Turística da APA da Serra da Esperança poderá oferecer uma diversificação de atrativos, onde o ecoturista poderá optar em fazer caminhada ou pedalada pelas trilhas (*trekking* e *mountain bike*), passeios a cavalo ou observar aves (*montaria* e *birdwatching*).

O turismo de aventura oferecerá a possibilidade de escolha ao turista nas práticas de canoagem (*cayaking*) ou bóiacross (*acquaraid*), *rafting* ou rapel.

No turismo rural as fazendas poderão aliar a atividade turística à sua principal fonte de renda econômica. Com a implantação da atividade haverá necessidade de hotéis, pousadas, restaurantes e lanchonetes que possam ofertar ao turista o mínimo de conforto e comodidade, já que o na verdade realmente importa é o modo simples de viver dos fazendeiros, os seus hábitos e costumes. O praticante do turismo rural quer mesmo passear a cavalo, tirar o leite da vaca, comer uma comida caseira e ouvir e contar “casos”.

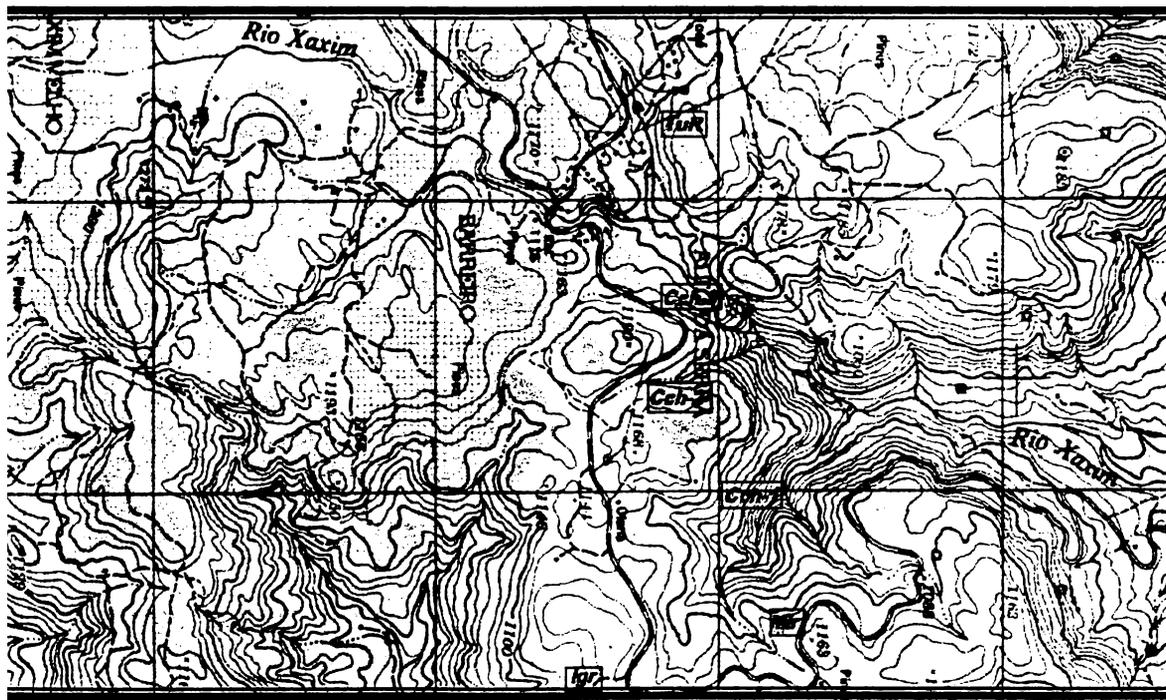
O agroturismo também poderá ser desenvolvido, pois há uma grande demanda de turistas a procura deste tipo de turismo. Chegar numa propriedade rural que tenha sua horta de alimentos orgânicos, produtos da roça, e poder

articipar do cotidiano de vida rural são experiências procuradas pelos groturistas.

No turismo desportivo muitas competições poderão ser realizadas, principalmente as que oferecem maior contato com a natureza, sem haver degradação do ambiente, como *trekking*, *mountain bike*, pesca esportiva entre outros.

No mapa abaixo (FIGURA 16) identificamos alguns dos atrativos turísticos do entorno da estrada que planejados e adequados aos objetivos da atividade turística dentro de uma Unidade de Conservação, farão parte da oferta turística do novo produto turístico a Estrada Estratégica BR-35:

FIGURA 16: Localização dos principais atrativos da Estrada Estratégica BR-35 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1980).



Legenda:

Tur: Áreas para desenvolvimento do Turismo Rural

Cch: Cachoeiras para prática do Turismo Aventura

Igr: Igreja da Comunidade de Alto da Serra

Mir: Mirante com vista para o Morro do Chapéu

5.3. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE ECOTURÍSTICA

A atividade turística por si é considerada impactante quando desenvolvida em ambientes naturais. No entanto assim como apresenta aspectos negativos, também apresenta os positivos que estão relacionados com os problemas ambientais e sócio-culturais de uma comunidade ou região.

Esses aspectos são influenciadores no desenvolvimento da atividade turística, no caso da Estrada Estratégica BR-35 um desses aspectos é o fato da mesma estar situada em dois municípios (Guarapuava e Prudentópolis) e muitas vezes as barreiras políticas formam entrave para o desenvolvimento da região.

O desenvolvimento turístico deve acontecer de forma integrada, ou seja, voltado para todos os aspectos físicos, econômicos e políticos e por tratar-se de implantação da atividade turística numa Área de Proteção Ambiental deverá obedecer as regras estabelecidas na legislação vigente e realizados por profissionais capacitados que possam prever e minimizar impactos como:

- Todo tipo de poluição;
- Destruição de paisagens naturais;
- Destruição da fauna e flora;
- Degradação de paisagens e sítios históricos;
- Acúmulo de lixo nas margens da estrada e trilhas;
- Coleta e destruição de vegetações;
- Ruídos que assustam os animais;
- Descaracterização da paisagem com construção de equipamentos não adequados ao ambiente;

- Problemas com os hábitos e costumes da comunidade local.

Assim como o turismo pode possuir aspectos negativos, é possível minimizá-los com planejamento. Também é possível maximizar os aspectos positivos, afinal a proposta é desenvolvimento auto-sustentado que tem como objetivo principal a conservação da natureza e o bem estar das populações envolvidas, podemos citar alguns destes aspectos:

- Favorece o aumento da renda e sua distribuição na região onde será desenvolvida a atividade;
- Arrecadação de ingressos e divisas, diretamente através das tarifas e indiretamente através de impostos;
- Recuperação do meio ambiente através de planos e programas de conservação e preservação;
- Empreendedores turísticos conscientizados;
- Valorização da região, promovendo um contato maior com a natureza;
- Novas alternativas de empregos, com alto nível de capacitação;
- Interação cultural e aumento da compreensão entre povos;
- Valorização da cultural local.

O fato de a estrada estar situada numa Área de Proteção Ambiental - APA da Serra da Esperança, ao mesmo tempo em que é um fator positivo para o desenvolvimento do ecoturismo pode tornar-se limitante quando não houver uma compatibilidade entre exploração econômica e preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho foi possível visualizar o potencial do ecoturismo nos municípios de Prudentópolis e Guarapuava, em particular na Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança, contando com a Estrada Estratégica BR-35 como principal produto turístico a ser planejado e proposto como uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a APA da Serra da Esperança e toda região.

A ótima localização da antiga Estrada Estratégica BR-35 que historicamente foi criada como único acesso ao terceiro planalto paranaense, e hoje situa-se dentro de uma Área de Proteção Ambiental, faz dela a forma mais acessível de implantar a atividade turística na região. A estrada pertence aos municípios de Guarapuava e Prudentópolis que somam 20,6% da área total da APA, e o seu entorno é rico de recursos naturais, culturais e ambientais. Atualmente há uma demanda crescente de ecoturistas à procura de novos destinos turísticos, o desenvolvimento turístico da estrada tem tudo para dar certo.

No entanto, esse desenvolvimento deve ser realmente sustentável ou seja, utilizar os recursos existentes sem comprometer a possibilidade do usufruto desses mesmos recursos pelas gerações futuras.

Para alcançar esse objetivo é necessário que os interessados e envolvidos na ação de implantação da atividade turística, atendam os princípios do desenvolvimento sustentável que são: a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade sócio-cultural e a sustentabilidade econômica.

Para isso o desenvolvimento indica a condição de relação entre o homem e o meio ambiente. Esse pressuposto leva em conta não apenas os interesses econômicos, mas também as peculiaridades de cada comunidade.

A conservação da biodiversidade é a mais importante forma de manutenção dos processos ecológicos que mantém a sustentabilidade dos ecossistemas, sejam naturais ou antropizados (sistema agrícola, florestas, etc.) como é o caso da APA da Serra da Esperança.

O fácil acesso a APA da Serra da Esperança que é dividida pela principal rodovia do estado a BR-277, oferecer a Estrada Estratégica como uma outra opção de ligação a BR 277 novamente com diversidade de atrativos e equipamentos turísticos despertará interesse nas pessoas para conhecer esse novo produto turístico. As possibilidades para desenvolver novas atividades econômicas como alternativa de crescimento na região é um dos fatores que influenciarão para que este potencial seja explorado.

Considerando essas informações foi proposto neste trabalho, a utilização da Estrada Estratégica BR-35 como alternativa de desenvolvimento turístico sustentado para a APA e região.

ANEXOS:

ANEXO 1: Zoneamento da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança (PARANÁ, 1995)

O Zoneamento da APA prevê cinco zonas de uso, a saber:

a) Zona de Preservação da vida Silvestre (ZP): onde se pretende uma proteção mais rigorosa dos recursos naturais, visando a manutenção da biodiversidade e o resguardo de belezas cênicas e paisagismo notável, além da proteção de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção;

Consiste na região limítrofe à escarpa mesozóica (Serra da Esperança), incluindo alguns monumentos naturais (morros) e áreas com inclinação acentuada. Justamente nessas áreas considerada de preservação permanente pelo Código Florestal (Lei 4771/65), restam as últimas populações naturais da canela-sassafrás (*Ocotea odorifera*), muito procurada por conter um óleo aromático utilizado na indústria, a ponto de estar seriamente ameaçada de extinção, pela redução sistemática de suas reservas naturais e seu crescimento muito lento em povoamento naturais.

Essa zona abrange ainda vários saltos de grande beleza cênica, como o Salto do Rio São Francisco com 96 metros de queda livre e os saltos dos rios Barra Grande e do Tigre que despencam, paralelos à escarpa de uma altura considerável. Nessa zona será restringido o uso direto dos recursos naturais, bem como as atividades econômicas que importem em descaracterização de ecossistemas e na redução de populações naturais, de forma que seja ameaçada sua integridade genética, de forma que, só sendo permitindo o uso criterioso da biota, baseado em princípios técnico-científicos rigidamente controlados.

b) Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZC): abriga áreas onde a intervenção humana tenha sido pequena ou que estejam sujeitas a um manejo moderado, representado por atividades meramente extrativistas como madeira e erva-mate. Localizada logo acima da escarpa mesozóica, já no planalto basáltico, desenvolve-se sobre relevo suave-ondulado a ondulado, onde a intervenção antrópica não atuou de forma a descaracterizar a paisagem.

Nesta zona estão as Campinas de Altitude (entre 1000 e 1200 m a.n.m.), formas relictas de uma vegetação herbácea, associada a um solo húmico e sujeitas a precipitação ocasional de neve, onde a decomposição da matéria orgânica é muito lenta e a precipitação pluviométrica elevada. Associada às Campinas de altitude ocorre a Floresta Ombrófila Mista, Alto Montana com árvores de reduzido porte, devido às condições de solo raso e mal drenado, sendo comuns a *Sloanea lasiocoma* (sapopema) e o *Podocarpus lambertii* (pinho-bravo).

Nessa zona só será permitido o uso moderado e auto-sustentado da biota, regulado de modo a assegurar a manutenção dos ecossistemas naturais. Como atividade extrativista vegetal serão consideradas as florestas nativas em regime de manejo sustentado, os reflorestamentos com *Pinus* e os ervais nativos, devendo cada atividade ser regulada de modo a assegurar a manutenção da biodiversidade. Assim a extração de madeira nativa só poderá se dar em regime de manejo sustentado devendo ter sua fiscalização intensificada, evitando a instalação aleatória de estaleiros e a abertura indiscriminada de carregadores, bem como o trânsito excessivo de maquinários na floresta, sendo que no caso de extração predatória de material lenhoso a empresa responsável será penalizada e o responsável técnico denunciado ao CREA, além do que, a mesma empresa

florestal não terá outra área florestal para manejo liberada dentro dos limites da APA, enquanto não arcar com todos os custos de recuperação da floresta de que se utilizou de forma predatória. Os reflorestamentos de *Pinus* deverão ser manejados de forma que seja maximizado seu incremento, dando-se preferência à localização de novos plantios sobre áreas onde já existia outro povoamento homogêneo.

A extração da erva-mate deverá ser regulada de forma a não causar a exaustão das matrizes, pela retirada de folhas e galhos de maneira predatória ou em período incompatível com a manutenção da planta (seca prolongada ou frio intenso).

A retirada de fetos arborescentes (xaxins) fica totalmente proibida dentro do território da APA, por ser extremamente agressiva, além de geralmente atingir áreas de preservação permanente ao longo de cursos d'água.

Essa zona poderá inclusive abranger áreas de capoeira ou lavouras no sistema de rotação da terra (pousio). É a zona com maior extensão dentro da APA, sendo que a exploração de florestas nativas deverá ser cuidadosa, ao máximo, podendo ficar suspensa por determinado tempo, visando a recuperação do ecossistema original.

c) Zona de Recuperação (ZR): consiste naquela região destinada à recomposição dos ecossistemas naturais que estavam ou estão sendo utilizadas de forma predatória ou de forma incompatível com a vocação natural das glebas. Tão logo esteja recuperada passará a constituir a zona de conservação da vida silvestre ou, se for o caso, a zona de preservação da vida silvestre.

Consiste na região imediatamente limítrofe à escarpa Mesozóica, ainda no segundo planalto, onde a atividade antrópica determinou a eliminação da

vegetação primária, dando origem a associações secundárias do tipo capoeira e capoeirão, pois neste local se desenvolve uma lavoura de subsistência no sistema de pousio, gerando tipologias sucessionais de vários estágios, tanto mais enriquecidas em espécies quanto mais avançadas em idade.

Além disso, essa região por ser de acesso difícil e relevo movimentado, possui pequena ocupação humana e, apesar da utilização das glebas se dar de forma incompatível com sua vocação natural, a fauna autóctone aí vem se refugiar, gerando a necessidade de uma zona de recuperação que permita a recomposição dos ecossistemas originais e a manutenção da fauna silvestre.

d) Zona de uso Agropecuário (ZA): constitui aquela região da APA's, tradicionalmente utilizada em atividades agrícolas e ou pecuárias, desde que de acordo com a vocação natural das glebas, sendo essas atividades econômicas controladas, de forma a não causarem degradação ambiental. Essa zona não inclui necessariamente as áreas de agricultura extensiva no sistema de pousio, mas abrange as áreas onduladas ao redor dos morros-testemunhos.

As atividades agropecuárias, nesta zona, incluem o manejo racional do solo, orientado pela assistência técnica oficial ou agrônomos habilitados, bem como a utilização de agrotóxicos que não ofereçam riscos sérios à qualidade ambiental, inclusive quanto ao seu poder residual.

e) Zona de Uso Especial (ZE): envolve aquelas regiões imediatamente limítrofes a rodovias pavimentadas, ferrovias ou redes elétricas de alta tensão que cruzem o território da APA. Nesse caso serão permitidas as atividades necessárias à manutenção de obras públicas ali existentes, desde que restritas às respectivas faixas de domínio, sendo que se estas obras demandarem atividades que exijam

movimentação de terra ou rochas, por exemplo. Isso deverá ser devidamente aprovado pelo órgão responsável pela administração da APA.

No caso de implantação de novas obras, estas deverão ser precedidas e EIA-RIMAS, capazes de detalhar e esclarecer sobre os impactos ambientais causados sobre a área atingida.

ANEXO 2: Detalhe da vegetação de campo na Estrada Estratégica BR-35 e Igreja em madeira da Comunidade Alto da Serra, Guarapuava/PR.



Foto: Euclides Cardozo Jr. – Guarapuava, 2001



Foto: Prefeitura Municipal de Guarapuava – Guarapuava, 1999

ANEXO 3: Vista das cachoeiras do Rio Xaxim a partir da Estrada Estratégica BR-35, Guarapuava/PR.



Fotos: Prefeitura Municipal de Guarapuava – Guarapuava, 1998



Fotos: Comunidade Alfa Ômega – Guarapuava, 1996

ANEXO 4: Vista das cachoeiras do *canyon* do Rio Xaxim na Estrada Estratégia BR-35 - Guarapuava/PR.



Fotos: Comunidade Alfa Ômega – Guarapuava, 1996

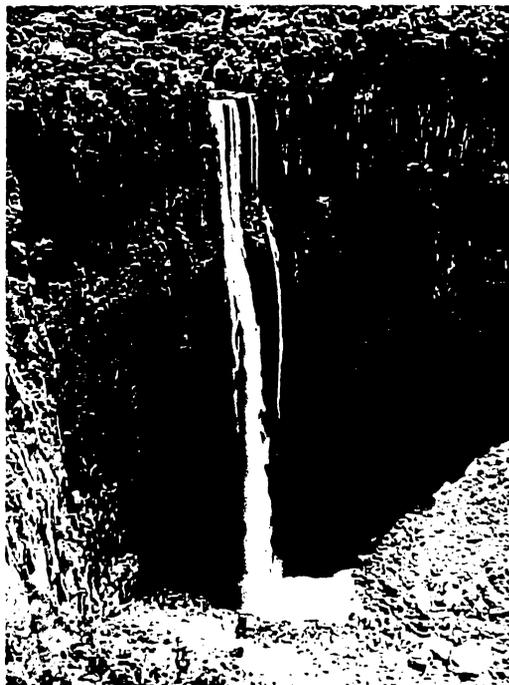


Fotos: Comunidade Alfa Ômega – Guarapuava, 1996

ANEXO 5: Vista dos atrativos naturais da APA da Serra da Esperança - Morro do Chapéu e Salto São Francisco - nos municípios de Guarapuava e Prudentópolis/PR.



Foto: Prefeitura Municipal de Guarapuava – Guarapuava, 1998



Fotos: Comunidade Alfa Ômega – Guarapuava, 2001

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Ecoturismo. Diretrizes para uma política nacional.** Coordenação de Sívio Magalhães de Barros e Denise Hamu M de La Penha. Brasília: EMBRATUR, 1994, 48 p.
- BRASIL. **Manual de Ecoturismo.** EMBRATUR / Commission des Communautés Europeenses. Brasília, 1994, 80 p.
- CARVALHO, Caio Luiz de. **Turismo, uma arma poderosa para incrementar o crescimento.** Instituto Brasileiro de Turismo, 2001. Disponível na Internet. <http://www.embratur.gov.br>
- EMBRATUR. **Anuário Estatístico 2000 – Volume 27.** Brasília: EMBRATUR, 2000.
- ESTRATÉGICA abriu rota para o desenvolvimento da região. **Tribuna de Guarapuava.** Guarapuava, 11 a 17 dez. 1999. p.7.
- GUARAPUAVA. Secretaria do Meio Ambiente, Desenvolvimento Florestal e Turismo. **Perfil Ecoturístico do Município de Guarapuava.** Guarapuava: SEMAFLOTUR, 1999 p. 12.
- IAP. **Levantamento Preliminar do Quadro Físico da APA da Serra da Esperança.** Instituto Ambiental do Paraná: Guarapuava, 1996. 5 p. Mimeografado.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas. e MILONE, Paulo Cesar. **Turismo: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONDES, Gracita Gruber. **História de Guarapuava**. Universidade do Centro Oeste: Guarapuava, 1999.

MINISTÉRIO DO EXERCITO - DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO. **Mapa de Itapará**. Guarapuava/PR. 1980. 1 mapa: color 75 x 55 cm. Escala 1:50.000. Material cartográfico,

MINISTÉRIO DO EXERCITO - DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO. **Mapa de Guarapuava**. Guarapuava/PR. 1980. 1 mapa: color 75 x 55 cm. Escala 1:50.000. Material cartográfico,

MINISTÉRIO DO EXERCITO - DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO. **Mapa de Guarapuava**. Guarapuava/PR. 1980. 1 mapa: color 75 x 55 cm. Escala 1:100.000. Material cartográfico,

PARANÁ. Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Justificativa da Lei N° 9905**. Curitiba: ALP, 1992, 4p.

PARANÁ. **Unidades de Conservação do Paraná**. Instituto Ambiental do Paraná. Curitiba, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. 5ª edição. Campinas: Papirus, 1993.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**. 3ª edição Campinas: Papirus, 1996.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 4ª edição. Campinas: Papirus, 1997.